

TERRITÓRIOS EDUCATIVOS

TRILHAS DA CIDADANIA,
EDUCAÇÃO E REFÚGIO NA CIDADE

AGDA SARDENBERG
RAIANA RIBEIRO
(ORGS.)

3

CIDADE ESCOLA
APRENDIZ

 **MODERNA**

TERRITÓRIOS EDUCATIVOS

TRILHAS DA CIDADANIA,
EDUCAÇÃO E REFÚGIO NA CIDADE



3

TERRITÓRIOS EDUCATIVOS

TRILHAS DA CIDADANIA,
EDUCAÇÃO E REFÚGIO NA CIDADE

AGDA SARDENBERG
RAIANA RIBEIRO
(ORGS.)

3

CIDADE ESCOLA
APRENDIZ

 **MODERNA**



Editora Moderna

Diretoria de Relações Institucionais
Luciano Monteiro, Karyne Arruda de Alencar Castro

Associação Cidade Escola Aprendiz

Conselho Editorial
Izabel Marques, Natacha Costa e Paula Patrone

Organização

Agda Sardenberg, Raiana Ribeiro

Redação

Agda Sardenberg, Felipe Bueno, Igor Ojeda, Nayara Coutinho, Raiana Ribeiro

Projeto gráfico

Ana Onofri, Tyago Bonifácio

Produção editorial

AA Studio

Edição de texto

Ana Luisa Astiz / AA Studio

Revisão

Cida Medeiros e Juliana Caldas / AA Studio

Diagramação

Paula Astiz Design

Nota do editor: o último acesso a todos os links desta publicação ocorreu em maio de 2016.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Territórios educativos : trilhas da cidadania, educação e refúgio na cidade / Agda Sardenberg, Raiana Ribeiro (orgs.). — São Paulo : Moderna, 2016. — (Coleção territórios educativos ; v. 3)

Realização: Associação Cidade Escola Aprendiz

1. Bairro-Escola (Projeto educacional) 2. Cidade Escola Aprendiz (São Paulo, SP)
3. Comunidade e escola 4. Educação integral 5. Política educacional
6. Refugiados I. Sardenberg, Agda. II. Ribeiro, Raiana. III. Série.

16-04751

CDD-371.19

Índices para catálogo sistemático:

1. Comunidade e escola : Integração : Educação 371.19
2. Escola e comunidade : Integração : Educação 371.19

Todos os direitos reservados.

EDITORA MODERNA LTDA.

Rua Padre Adelino, 758 – Belenzinho

São Paulo – SP – Brasil – CEP 03303-904

www.moderna.com.br

2016

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| Apresentação – Natacha Costa | 7 |
| CONTEXTO. | 11 |
| PROJETO TRILHAS DA CIDADANIA. | 33 |
| EXEMPLOS DE TRILHAS DA CIDADANIA. | 57 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 79 |
| NOTAS | 81 |

NATACHA COSTA É DIRETORA EXECUTIVA
DA ASSOCIAÇÃO CIDADE ESCOLA APRENDIZ.

DESDE A SUA FUNDAÇÃO, O **APRENDIZ** É MOVIDO POR UMA IDEIA ESSENCIAL: todas as pessoas são capazes de aprender e efetivamente aprendem em diferentes lugares, com diferentes pessoas e ao longo de toda a vida. Assim, para nós, a educação não se restringe à escola, mas se estende à vida na cidade e, como direito humano fundamental, deve se converter em uma responsabilidade coletiva.

A partir dessa concepção, o Bairro-escola, tecnologia social desenvolvida pelo Aprendiz e reconhecida internacionalmente, se propôs a construir redes de aprendizagem em vários territórios, articulando as oportunidades existentes nos diversos contextos ao itinerário de crianças e jovens. Tendo uma forte aliança local como suporte, os aprendizes construía Trilhas Educativas nas quais percorriam diferentes espaços no bairro: a escola de circo, o espaço de dança, a associação de esportes, as praças e os becos, as galerias e os centros culturais. Eram também estimulados a participar ativamente dos conselhos infanto-juvenis e a construir propostas para o bairro. Por sua vez, seus familiares e professores, profissionais da saúde, da assistência social e demais agentes mantinham um diálogo aberto e profícuo com esses meninos e meninas, na perspectiva de acompanhar os seus percursos e garantir todas as condições essenciais para seu crescimento.

Aprendiz é a **Associação Cidade Escola Aprendiz**, organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) criada em São Paulo, em 1997, que busca contribuir para o desenvolvimento dos sujeitos e suas comunidades por meio da promoção de experiências e políticas públicas orientadas por uma perspectiva integral da educação.

Essa experiência nos brindou com duas descobertas: a diversidade de interações com linguagens, espaços e pessoas favorecia o aprendizado e o desenvolvimento dos aprendizes. Nesse processo, não apenas seu repertório sociocultural, mas também sua autonomia se ampliava e se fortalecia de forma significativa ao longo do tempo, criando condições para que buscassem os recursos necessários aos seus projetos presentes e futuros. Além disso, o trabalho em rede entre as instituições e os profissionais responsáveis criava um ambiente de pertencimento e segurança. Em vez de uma institucionalização que criasse dependência, o Aprendiz se colocou como mediador entre o grupo e a cidade, favorecendo sua autonomia e o senso de responsabilidade de toda a comunidade.

É a partir desses aprendizados que atuamos há 19 anos no enfrentamento dos desafios que impactam a vida de muitas pessoas: a falta de conhecimento e reconhecimento das instituições em relação às suas condições de vida e suas identidades; a desarticulação das políticas setoriais; a violação de toda sorte de direitos; o acesso restrito aos bens culturais da cidade; e as múltiplas desigualdades sociais, econômicas e espaciais que estão na base das condições de vulnerabilidade a que muitos ainda estão submetidos.

Nos diversos projetos que desenvolvemos, construímos estratégias baseadas em nossos princípios: centralidade dos interesses e demandas dos aprendizes em todas as etapas; entendimento profundo de suas identidades e condições de vida; construção de práticas educativas que favoreçam sua autonomia; reconhecimento do potencial humano e social; e forte articulação entre agentes e instituições locais.

Essas premissas nos orientam em projetos os mais diversos: no apoio à gestão de políticas de Educação Integral e Cidades Educadoras, na formação de professores e gestores públicos, em projetos voltados ao protagonismo infanto-juvenil e às relações intergeracionais, e no combate à exclusão escolar e ao trabalho infantil.

Reconhecida como organização capaz, portanto, de trabalhar em uma perspectiva inclusiva e emancipadora, o Aprendiz foi convidado em 2012 a construir uma estratégia que favorecesse a integração de imigrantes, refugiados e solicitantes de refúgio à cidade de São Paulo.

Ao analisar as condições de vida dessas pessoas, identificamos prontamente dois desafios centrais: a barreira da língua e a falta de conhecimento em relação à cidade de São Paulo e à cultura brasileira. Era evidente como esses dois desafios impactavam integralmente a vida das pessoas: da simples obtenção de documentos à participação da vida em comunidade, passando pela colocação no mercado de trabalho e pelo acesso aos bens públicos. Como consequência, ficou evidente como essas barreiras acabam por impor aos imigrantes os mais diversos tipos de exclusão e exploração, como a fome, o trabalho escravo, a exclusão escolar de seus filhos e a falta de moradia.

Para nós, ter a oportunidade de colocar nossas metodologias e experiência a serviço da inclusão desses sujeitos e contribuir para a superação dessas barreiras foi uma oportunidade única. Nesses cinco anos, crescemos como seres humanos, como profissionais e como organização, além do que fortalecemos nossa convicção de que a garantia de direitos fundamentais e o enfrentamento das questões sociais são necessariamente

desafios complexos que exigem sensibilidade, consistência técnica e articulação em diferentes níveis.

Este livro procura apresentar uma síntese desses aprendizados. Nele, compartilhamos dados sobre o fenômeno da migração no mundo; o contexto de vida dos solicitantes de refúgio e refugiados em São Paulo; as estratégias que criamos em diálogo permanente com eles e com diferentes interlocutores; as parcerias férteis com instituições da cidade; e algumas das histórias vividas por mulheres e homens que, oriundos de diferentes partes do mundo, se uniram em um propósito comum e, assim, se tornaram coautores desta história.

A cada um e a cada uma, nosso profundo agradecimento.

“Devemos promover a coragem onde há medo, promover o acordo onde existe conflito e inspirar esperança onde há desespero.”

Nelson Mandela

CONTEXTO

No final de 2014, o número de pessoas em situação de deslocamento forçado atingiu o nível mais alto desde a Segunda Guerra Mundial. O diagnóstico é do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, o Acnur. Segundo o relatório *World at War. UNHCR Global Trends – Forced Displacement in 2014*¹ (O mundo em Guerra. Tendências Globais do Acnur – Deslocamentos Forçados em 2014, em tradução livre), divulgado em junho de 2015, 59,5 milhões de indivíduos, população equivalente à da Itália ou da Inglaterra, encontravam-se nessa condição. Se comparado aos números da década anterior, quando 37,5 milhões de pessoas viviam nessa situação, revela-se um aumento de 58%.

Os deslocamentos forçados, ou seja, provocados pelo temor de não sobrevivência no local onde se vive, podem ocorrer por motivo de guerra, violência generalizada, perseguições e violações aos direitos humanos. Salvo algumas exceções, tais fugas costumam ocorrer em contextos precários, que expõem as pessoas a riscos em viagens perigosas e sem infraestrutura adequada.

Em 2015, por exemplo, a intensificação dos fluxos de migrantes em direção à Europa teve grande repercussão midiática em todo o mundo. Diariamente, milhares de pessoas partindo do Norte da África, da Síria e de outros países do Oriente Médio tentavam chegar ao continente, em geral em barcos superlotados que, invariavelmente, naufragavam no mar Mediterrâneo. Imagens de mulheres, homens e crianças mortos nas areias das praias chocaram o mundo e geraram intenso debate sobre o tema.

Levantamento da Organização Internacional para Migração (OIM) relativo a 2015 aponta que, enquanto 924.147 pessoas conseguiram chegar à Europa pelo mar Mediterrâneo, 3.671 pessoas morreram ou desapareceram durante a travessia,² 447 a mais do que em 2014.³ As fatalidades de 2015 representam 72% do total de mortes em fluxos migratórios internacionais pelo mundo – morreram 736 pessoas no Sudeste Asiático e 223 na fronteira entre México e Estados Unidos, e há ocorrências em muitas outras regiões. □

Estimativas da organização revelam ainda que, de janeiro a março de 2016, 169 mil pessoas chegaram pelo mar Mediterrâneo à Europa e que 620 imigrantes morreram durante a travessia.

Diferentemente dos migrantes, que escolhem sair de seus países “não por causa de uma ameaça direta de perseguição ou morte, mas principalmente para melhorar a vida, em busca de trabalho ou educação, por reunião familiar ou por outras razões”,⁴ as pessoas submetidas a deslocamentos forçados decorrentes de conflitos armados ou perseguições podem e têm o direito de ser reconhecidas como refugiadas. Com frequência, estão expostas a situações tão perigosas e intoleráveis que precisam cruzar fronteiras internacionais para garantir sua segurança nos países mais próximos”.⁵

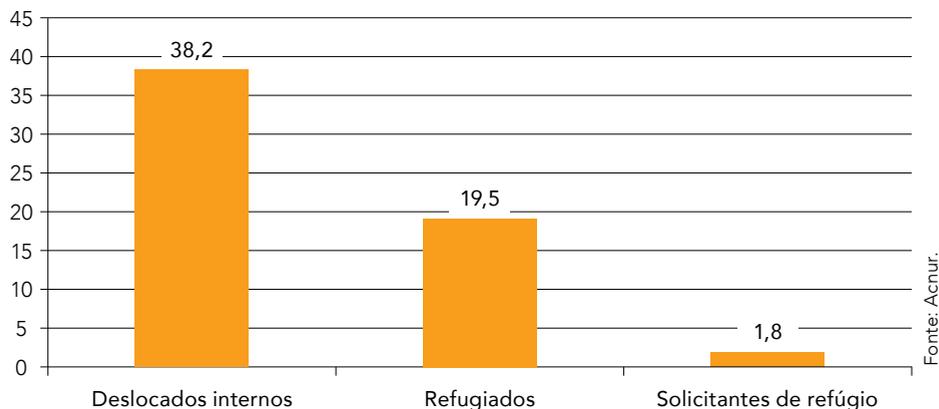
De acordo com a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados,⁶ de 1951, e seu Protocolo de 1967,⁷ as perseguições sofridas pelos que buscam refúgio podem ter motivações de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, e as nações que os acolhem devem garantir seus direitos e proteção. Como ressalta o Acnur, confundir os termos “refugiado” e “migrante”:

[...] pode gerar sérias consequências na vida e na segurança dos refugiados. Misturá-los desvia a atenção das salvaguardas legais específicas que os refugiados requerem e pode prejudicar o apoio público aos refugiados e à instituição do refúgio, num momento em que mais refugiados necessitam dessa proteção.⁸

Há, ainda, aqueles que são obrigados a se deslocar internamente. Ou seja, indivíduos que não cruzam as fronteiras de seus países mesmo que suas motivações sejam semelhantes às dos refugiados. O Acnur contabiliza que, dentre os 59,5 milhões de pessoas em situação de deslocamento forçado em 2014, 38,2 milhões eram deslocados internos, 19,5 milhões eram refugiados e 1,8 milhão correspondiam aos solicitantes de refúgio.

DESLOCAMENTO FORÇADO

Dados de 2014, em milhões de pessoas



DEFINIÇÕES DO ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR)

Refugiados

São pessoas que escaparam de conflitos armados, violência generalizada ou perseguições por motivo de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais. Com frequência, a situação que vivenciam é tão perigosa e intolerável que precisam cruzar fronteiras internacionais em busca de segurança nos países mais próximos para, então, ser reconhecidos internacionalmente como refugiados – com direito à assistência dos Estados, do Acnur e de outras organizações. Nesses casos, o retorno ao país de origem representa perigo à própria vida, e a negação do pedido de asilo pode ter consequências vitais. A proteção dos refugiados tem muitos ângulos, que incluem a proteção contra o retorno às condições de perigo das quais já fugiram; o acesso aos procedimentos de asilo justos e eficientes; medidas que garantam que seus direitos humanos básicos sejam respeitados; e que lhes seja permitido viver em condições dignas e seguras, necessárias para a construção de uma solução duradoura. Os Estados têm responsabilidade primordial nessa proteção. Portanto, o Acnur trabalha próximo aos governos, assessorando-os e apoiando-os para cumprir suas responsabilidades. □

Migrantes

São pessoas que escolhem se deslocar não por ameaça direta de perseguição ou morte, mas a fim de melhorar sua vida, em busca de trabalho ou educação, por reunião familiar ou por outras razões. Diferentemente dos refugiados, que não podem voltar ao seu país, os migrantes continuam recebendo a proteção do seu governo.

Deslocados Internos

São pessoas deslocadas dentro de seu próprio país. Ao contrário dos refugiados, os deslocados internos não atravessaram uma fronteira internacional para encontrar segurança, mas permaneceram em seu país natal. Mesmo que tenham fugido por razões semelhantes às dos refugiados, os deslocados internos permanecem legalmente sob a proteção de seu próprio governo, ainda que esse possa ser a causa da fuga. Como cidadãos, preservam todos os seus direitos e devem ser protegidos pelos direitos humanos e pelo direito internacional humanitário.

Refugiados no Brasil

Embora não figure entre os países que mais recebem refugiados, o Brasil tem visto essa população crescer nos últimos anos, acompanhando a tendência mundial. Entre 2010 e 2012, havia uma média de 4,5 mil pessoas nessa condição vivendo em território brasileiro. Em 2013, esse número aumentou para 5.256, e, até outubro de 2014, para 7.289, como apontado pelo Comitê Nacional para os Refugiados (Conare).⁹

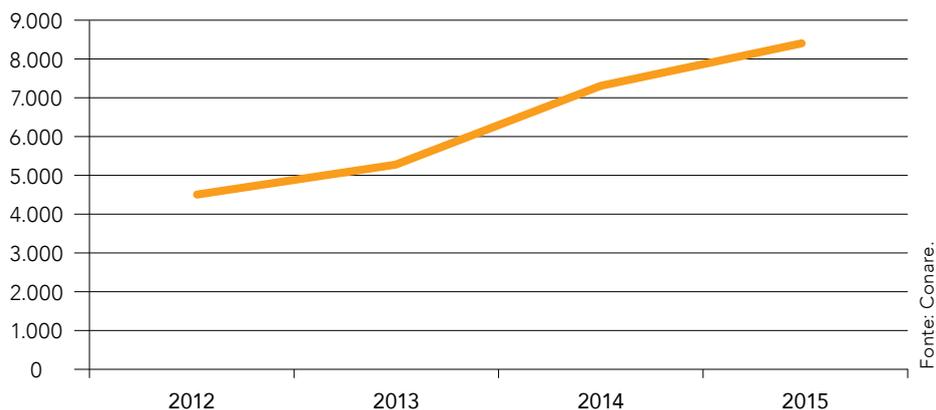
O mesmo estudo revela que, entre 2010 e 2014, as solicitações de refúgio saltaram de 566 para 8.302. Já o reconhecimento da condição de refugiado por parte do Conare saltou de 150, em 2010, para 2.032, em 2014, representando um aumento de aproximadamente 1.240%. Confirmando a tendência de crescimento em 2015, em 19 de agosto desse ano, o Ministério da Justiça do Brasil anunciou a existência de 8.400 refugiados reconhecidos oficialmente e 12.666 solicitantes de refúgio.¹⁰

Os refugiados reconhecidos pelo Conare até essa data eram provenientes de 81 países, especialmente da África, da Ásia (inclusive do Oriente Médio) e da América do Sul. Atualmente, os maiores grupos são

originários da Síria (1.524), Colômbia (1.218), Angola (1.067) e República Democrática do Congo (784).

REFUGIADOS NO BRASIL

Número de pessoas



Esse perfil vem mudando desde outubro de 2012, quando uma portaria do Ministério da Justiça determinou, seguindo orientação global do Acnur, que angolanos e liberianos passassem a receber a permissão de residência permanente, em vez do status de refugiados.¹¹ Por outro lado, houve uma redução de solicitações de refúgio por parte de colombianos e um aumento por parte de sírios. O primeiro caso pode ser explicado, em certa medida, pelo avanço das negociações de paz entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e o governo colombiano, mas, principalmente, pela adesão do país andino, em 2012, ao Acordo de Residência do Mercosul, que permite aos seus nacionais a obtenção de residência temporária no Brasil por dois anos, podendo ser transformada em residência permanente. O segundo caso deve-se à aprovação pelo Conare, em setembro de 2013, da Resolução Normativa nº 17, que facilita a entrada no país dos que solicitam refúgio por causa do conflito na Síria, por meio da emissão de um visto de turista válido por 90 dias.¹² Assim, em julho de 2014, os sírios se tornaram o maior grupo de refugiados em território brasileiro. Em setembro de 2015, essa medida foi prorrogada por mais dois anos.¹³

Os dados do Conare mostram também que, do total de refugiados em território brasileiro até outubro de 2014, 25% eram mulheres. No entanto, o número de solicitações de refúgio desse grupo vinha diminuindo nos últimos anos: de 20% do total, em 2010 e 2011, para 18% em 2012 e 10% em 2013 e 2014. Metade dos solicitantes tem entre 18 e 30 anos, e a maior parte dos pedidos de 2014 foi apresentada no estado de São Paulo (26%), seguido por Acre (22%), Rio Grande do Sul (17%) e Paraná (12%).

Todos esses números são bem menores do que os relativos à Europa ou outras partes do mundo, mas representam uma ampliação significativa para a realidade brasileira. Além de impor novos desafios para a sociedade, gradualmente modificada em suas dinâmicas sociais, o fenômeno reforça a necessidade de avanços no campo das políticas públicas e requer um olhar específico do Estado para acolhimento, garantia de direitos e integração dos refugiados no país. Em uma análise dos esforços que o Brasil vem empreendendo nessa área, o Acnur afirmou:

Além de oferecer um ambiente de proteção favorável aos refugiados, o Brasil tem apoiado consistentemente as iniciativas do Acnur em promover a proteção internacional em diferentes fóruns. Em dezembro de 2010, celebrando o 60º aniversário do Acnur, o país sediou um encontro governamental no qual 18 países da América Latina se comprometeram a se engajar mais na proteção das vítimas de deslocamentos forçados e de apátridas na região. O compromisso foi estabelecido na “Declaração de Brasília para Proteção de Refugiados e Apátridas nas Américas”.¹⁴

Ao final de 2012, o Brasil liderou dentro do Mercosul, em âmbito ministerial, a adoção da “Declaração de Princípios Internacionais de Proteção dos Refugiados”. O documento reafirma o princípio da não devolução (*non-refoulement*), a importância da reunificação familiar e a priorização das abordagens de idade, gênero e diversidade. A declaração também enfatiza a importância de se evitar políticas migratórias restritivas e a necessidade de estabelecer mecanismos de cooperação adicionais e novas formas complementares de proteção humanitária.¹⁵

No mesmo documento, a agência da ONU chama a atenção para o desenvolvimento e a implantação do Programa de Reassentamento Solidário na América Latina, criado pelo Brasil e responsável pelo reassentamento de 612 refugiados (sobretudo colombianos) desde 2002. “Nos próximos anos, o Brasil planeja expandir seu programa de reassentamento para um maior número de casos extracontinentais, de modo a oferecer acolhida para refugiados deslocados de outras regiões”.¹⁶

O papel de destaque do Brasil na proteção internacional dos refugiados não é algo novo. Em 1960, o país foi o primeiro do Cone Sul a ratificar a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados e um dos primeiros integrantes do Comitê Executivo do Acnur, instância que se dedica a aprovar os programas e orçamentos anuais¹⁷ da organização. Signatário igualmente do Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados, sua legislação sobre o tema é considerada umas das mais modernas do mundo. Promulgada em 1997, a Lei nº 9.474, que cria o Estatuto do Refugiado, estabelece que este receba a proteção do governo brasileiro e usufrua dos mesmos direitos que qualquer imigrante em situação regular no país – ou seja, obter documentos, trabalhar e estudar. Além disso, considera a violação generalizada de direitos humanos uma das motivações do reconhecimento do status, em conformidade com a Declaração de Cartagena de 1984.

A Lei nº 9.474 estabeleceu, ainda, a criação do Conare, responsável por receber as solicitações de refúgio e definir o reconhecimento da condição de refugiado. O Comitê atua também na formulação de políticas voltadas para essa população, orientando e coordenando ações de proteção, assistência, integração local e apoio jurídico. Apesar de vinculado ao Ministério da Justiça, o Conare inclui representantes dos ministérios das Relações Exteriores, da Educação, da Saúde e do Trabalho e Emprego, além de integrantes da Polícia Federal, Defensoria Pública, Acnur e de organizações não governamentais que atuam na assistência a refugiados e solicitantes de refúgio.

No final de 2014, o Brasil voltou a ocupar o centro do debate mundial sobre refúgio, sediando o encontro Cartagena+30, que reuniu ministros de Estado e representantes da sociedade civil de todos os países da América Latina e do Caribe. Responsável por revisar a Declaração de

Cartagena, aprovando por aclamação a chamada Declaração e Plano de Ação do Brasil, o evento tinha como objetivo atender aos desafios locais ligados ao refúgio, apatridia e deslocamento, além de fomentar soluções inovadoras para a região. Dentre as medidas adotadas, destaca-se a ampliação da definição de refugiado para vítimas do crime organizado transnacional.

Documentação

Quando chegam ao Brasil, os que partem do seu local de origem motivados por perseguições, conflitos armados ou violações generalizadas de direitos humanos precisam dirigir-se à Polícia Federal para dar início aos trâmites gratuitos de solicitação de refúgio. Uma vez realizado o pedido, a pessoa passa a ser considerada solicitante de refúgio e não pode mais ser deportada para o país onde sua vida ou liberdade estejam ameaçadas.

Esse processo gera um protocolo com validade de 12 meses, que permite ao solicitante desfrutar de todos os direitos e de proteção enquanto aguarda a aprovação definitiva da condição de refugiado. De posse desse documento, o solicitante tem acesso aos serviços públicos de saúde e educação do país, além da carteira de trabalho (CTPS) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF).¹⁸ No entanto, embora o protocolo seja um documento oficial do governo brasileiro, muitos estrangeiros encontram dificuldades no momento de apresentá-lo a instituições públicas e empresas. Maria Cristina Morelli, coordenadora do Centro de Referência para Refugiados da Caritas Arquidiocesana de São Paulo, relata que vários órgãos governamentais não o aceitam por absoluto desconhecimento. Ela acredita que sua validade é questionada por não apresentar um aspecto “tradicional” de documento, uma vez que é impresso apenas em papel sulfite simples. Para evitar que isso constitua um obstáculo para o acesso aos direitos fundamentais, produzindo equívocos e constrangimentos, Morelli defende a realização de uma ampla campanha de conscientização sobre o tema dirigida a servidores públicos e empresários.

A documentação a que têm direito os solicitantes de refúgio e refugiados abrange, portanto:

- **Protocolo Provisório:** emitido pela Polícia Federal e com validade de um ano, renovável até que o Conare decida sobre o pedido de refúgio.
- **RNE:** documento definitivo que o refugiado recebe depois que seu pedido de refúgio é deferido. Esse documento confere ao refugiado a condição de residente no Brasil.
- **CPF:** a Resolução nº 18 de 30 de abril de 2014, do Conare, em seu artigo 2º, § 3º, afirma o direito do solicitante de refúgio de obter o Cadastro de Pessoa Física a partir do Protocolo Provisório.
- **Carteira de Trabalho e Previdência Social [CTPS]:** a Lei nº 9.474/1997, artigo 21, estabelece que o Protocolo Provisório permite a expedição da carteira de trabalho ao solicitante de refúgio pelo Ministério do Trabalho.

Para registrar a solicitação de refúgio, é preciso preencher um termo específico em qualquer posto da Polícia Federal. No formulário, a pessoa deve informar o motivo da solicitação, o endereço onde poderá ser encontrada, telefone e e-mail para contato. Como os dados pessoais podem variar muito, fruto da situação instável dos solicitantes, é importante que sejam sempre atualizados.¹⁹ Segundo Fernando Bissacot, assistente de Soluções Duradouras do Acnur no Brasil,²⁰ a média de tempo de espera para análise do Conare varia de um a três anos. Uma vez reconhecida oficialmente a condição de refugiado, o solicitante recebe o Registro Nacional do Estrangeiro (RNE), documento de identificação que garante sua permanência no país.

A garantia de direitos em solo brasileiro para refugiados e migrantes em situação regular tem sérias limitações no campo da participação cidadã. A Constituição brasileira ainda não reconhece o direito ao voto dos migrantes permanentes em nenhuma esfera política e o direito à participação no processo eleitoral está reservado apenas aos brasileiros natos ou naturalizados. O direito ao voto é uma reivindicação das organizações e movimentos ligados aos migrantes, já que o Brasil é o único país da América do Sul que não o reconhece.

Em 2014, o Fórum Social pelos Direitos Humanos e Integração dos Migrantes no Brasil lançou a campanha “Aqui vivo, aqui voto” como forma de ampliar as discussões sobre esse tema e pressionar o governo a garantir a participação no processo eleitoral. Já existe no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 347, de autoria do deputado federal Carlos Zarattini (PT/SP), que prevê a possibilidade de migrantes votarem e serem votados.

A capital paulista estabeleceu, em 2015, uma Cadeira Extraordinária para Conselheiros Participativos Imigrantes, medida pioneira voltada à participação cidadã da população migrante. O processo eleitoral, distribuído pelas 32 subprefeituras da cidade, teve 92 candidatos imigrantes que receberam, ao todo, 1.089 votos.

O caso Haiti

É importante lembrar que os imigrantes haitianos que têm chegado ao Brasil em grande quantidade desde o terremoto que devastou o país caribenho em 2010 não são considerados refugiados e, portanto, não compõem as estatísticas apresentadas pelo Conare. Embora a maioria solicite refúgio ao entrar em território brasileiro, tal status não prevê motivações econômicas ou naturais. Diante dessa realidade, a resolução do Conselho Nacional de Imigração (CNIg)²¹ determina a emissão de vistos de residência permanente aos haitianos por razões humanitárias. A medida passou a ser adotada em janeiro de 2012 e segue vigente pelo menos até maio de 2016, época de conclusão desta publicação.²²

O crescente fluxo migratório de haitianos em direção ao Brasil e, em menor medida, de originários de países africanos, como Senegal, Gana e Nigéria, tem provocado um debate sobre a política migratória brasileira. Muitos desses migrantes têm dificuldade de permanecer legalmente no país e conseguir emprego. Tornam-se alvo de aliciadores, eventualmente do tráfico de pessoas, e envolvem-se em trabalhos precários ou até mesmo como escravos.²³ Por isso, organizações da sociedade civil²⁴ e integrantes do Ministério da Justiça defendem a necessidade de se criar uma estrutura específica de atendimento a essa população. Uma das medidas seria a revisão do Estatuto do Estrangeiro, de 1980, considerado restri-

tivo, autoritário e retrógrado por seguir a lógica da “segurança nacional” imposta pela ditadura civil-militar (1964-1985).

Além disso, uma política migratória que garanta os direitos dos imigrantes é fundamental diante dos riscos de crescimento de atos e discursos racistas e xenófobos. Frequentes na Europa, as manifestações de ódio ao migrante têm acontecido também no Brasil. Em agosto de 2015, foram registrados dois ataques contra seis haitianos no centro de São Paulo. Suspeita-se que as agressões tenham sido motivadas por xenofobia. Em entrevista à revista *Carta Capital*, os feridos afirmaram que, antes de ser atingidos, ouviam gritos de: “Haitianos, vocês roubam nossos empregos”.²⁵ Tais ataques fizeram com que a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados promovesse, em setembro do mesmo ano, uma audiência pública para discutir a questão. Um mês depois, em outubro de 2015, houve outro caso de violência, dessa vez fatal. Em Navegantes, Santa Catarina, dez pessoas assassinaram brutalmente um cidadão haitiano.

XENOFOBIA

A xenofobia é uma forma de discriminação social que consiste na aversão a culturas e nacionalidades diferentes. Considerada crime de ódio, revela-se por meio de humilhação, constrangimento, agressão física e moral àquele que não é natural do lugar do agressor. Ao generalizar e diminuir moralmente um determinado grupo social, essa forma de discriminação apresenta caráter coletivo mesmo quando dirigida a uma única pessoa. A xenofobia pode estar relacionada a outros tipos de preconceito, como o racismo e a discriminação de classe social. Dessa maneira, imigrantes e indivíduos com diferentes hábitos culturais são, muitas vezes, desrespeitados devido a suas características físicas, sotaques e condições socioeconômicas. É comum a vítima sentir-se pressionada a abandonar o lugar em virtude de atitudes hostis dos discriminadores. Todavia, a proteção de todos, independentemente da origem, é um direito expresso na legislação brasileira que determina punição a qualquer indivíduo que pratique atos discriminatórios. □

Como denunciar

Ao denunciar, é preciso ser claro quanto à gravidade do assunto, expondo o conteúdo ofensivo. Recomenda-se que a vítima tome nota da agressão, identificando o local, as testemunhas e o agressor. Deve ser realizado registro em Boletim de Ocorrência e, em casos de agressão física, deve-se exigir um Exame de Corpo de Delito. É importante lembrar que a denúncia é um direito e contribui para a proteção de todos.

Endereços na cidade de São Paulo especializados nesse tipo de denúncia:

- **Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância** (Decradi)
Endereço: rua Brigadeiro Tobias, 527, 3º andar, Luz, São Paulo (SP), CEP 01032-902
Telefones: (11) 3311-3556/3315-0151 – ramal 248
E-mail: decradi@policiacivil.sp.gov.br
- **Defensoria Pública do Estado de São Paulo – Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos**
Endereço: rua Boa Vista, 103, 11º andar, Centro, São Paulo (SP), CEP 01014-001
Telefone: (11) 3101-0155 – ramal 135
E-mail: nucleo.dhc@defensoria.sp.gov.br
- **Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado**
Endereço: Pátio do Colégio, 148, térreo, Centro, São Paulo (SP), CEP 01016-040
Telefone: (11) 3291-2621
E-mail: não possui

São Paulo, terra de migrantes

Em 2014, São Paulo foi o estado que mais recebeu solicitações de refúgio, contemplando 26% do total²⁶ contabilizado no país. Boa parte desses refugiados tem como destino a capital, embora não existam dados consolidados para o município. Em 2014, a Caritas Arquidiocesana de São Paulo, instituição vinculada à Igreja Católica que é referência no acolhimento a essa população, atendeu 3.612 solicitantes de refúgio e 1.129 refugiados. Adelaide Lemos, responsável pelo Programa de Inte-

gração do Centro de Referência para Refugiados da entidade, relata que, por dia, cerca de 20 pessoas nessa condição são atendidas pela primeira vez pela instituição.

A maioria dos migrantes e refugiados que chegam à capital paulista concentra-se, inicialmente, no centro da cidade, uma vez que essa região abriga grande parte das instituições e órgãos de acolhimento. Segundo Lemos, a tendência é que permaneçam ao menos seis meses na área. Historicamente, os bairros centrais abrigam grande parte da população estrangeira que chega ao país. São notórios o bairro “italiano” do Bixiga, ou o “japonês” da Liberdade, que reúne também importantes colônias de chineses e coreanos. No Bom Retiro, por sua vez, encontram-se lituanos, poloneses, russos, armênios, gregos e, mais recentemente, bolivianos, peruanos e paraguaios.

No entanto, como afirma Guilherme Otero, assessor técnico da Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig) da Prefeitura de São Paulo, essa realidade vem se alterando, e outros locais da capital estão sendo ocupados por imigrantes, principalmente as zonas Leste e Norte. Otero acredita que esse movimento pode impulsionar um processo de descentralização dos serviços específicos de apoio a estrangeiros.

A CPMig, criada pela prefeitura paulistana em 2013 e vinculada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), tem como objetivo “articular as políticas públicas migratórias no município de forma transversal, intersetorial e intersecretarial”.²⁷ Na página oficial da CPMig estão descritos seus principais valores e princípios:

[...] o reconhecimento da importância dos novos fluxos migratórios para a cidade de São Paulo e dos imigrantes como sujeitos de direitos; a promoção e a garantia de seus direitos fundamentais; a promoção da integração social e cultural mediante o intercâmbio de saberes entre as diferentes comunidades no espaço público; a não criminalização daqueles que migram e o respeito ao direito de mobilidade.²⁸

Segundo o assessor, por atender à população migrante como um todo, a pasta não possui um levantamento específico e detalhado a respeito dos solicitantes de refúgio e refugiados na cidade.

Acolhimento e proteção

Atualmente, apenas a Caritas Arquidiocesana trabalha exclusivamente com solicitantes de refúgio e refugiados em São Paulo. A organização, que atua há mais de 20 anos na assistência a refugiados, é membro do Conare e conveniada do Acnur. Seu Centro de Referência para Refugiados possui quatro eixos centrais: assistência jurídica, assistência social, assistência psicológica e integração.

Outras instituições sediadas no município atuam no apoio a imigrantes de maneira geral, incluídos os solicitantes de refúgio e refugiados. Entre as iniciativas, destacam-se:

- **Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes (Crai):** primeiro centro da prefeitura de São Paulo especializado no apoio a imigrantes. Inaugurado em 2014, oferece serviços como suporte jurídico, apoio psicológico, oficinas de qualificação profissional e acesso a serviços públicos municipais.
Endereço: rua Japurá, 234, Bela Vista, São Paulo (SP), CEP 01319-030
Telefone: (11) 3112-0074
E-mail: recepcao.crai@sefras.org.br
- **Missão Paz:** organização dos Missionários de São Carlos – Scalabrinianos que atende migrantes, imigrantes e refugiados. Parte da instituição, a Casa do Migrante oferece a esse público alojamento e alimentação, entre outros serviços.
Endereço: rua do Glicério, 225, Liberdade, São Paulo (SP), CEP 01514-000
Telefone: (11) 3340-6950
E-mail: contato@missaonspaz.org
- **Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC):** organização da sociedade civil que tem como objetivo promover, organizar, realizar e articular ações que visem à construção de uma política migratória que respeite os direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos imigrantes e suas famílias no Brasil.

Endereço: rua Bernardo Magalhães, 203, Tatuapé, São Paulo (SP),
CEP 03067-060

Telefone: (11) 2384-2274

Facebook: <<https://www.facebook.com/cdhic/>>

Os centros de referência que dão assistência aos imigrantes e refugiados são fundamentais para garantir o acesso a direitos, possibilidade muitas vezes dificultada pela falta de domínio da língua portuguesa e desconhecimento das leis brasileiras. Além de estarem capacitadas para fornecer informações adequadas e apoio em diversas áreas, essas instituições têm funcionários habilitados para atender em outros idiomas (principalmente inglês, espanhol, francês e árabe), facilitando a comunicação com o público. A Caritas Arquidiocesana, por exemplo, realiza entrevistas detalhadas com os solicitantes de refúgio a fim de identificar as condições em que se encontram – o material é então encaminhado ao Conare e auxilia a análise do pedido de refúgio. A instituição também fornece orientações sobre viagens para fora do país, leis trabalhistas e estudo em universidades públicas, entre outras questões.

Abrigos

Após o primeiro contato com os solicitantes de refúgio e refugiados, uma das primeiras ações dos centros de referência é encontrar um local para sua permanência provisória ou definitiva. A maioria dos estrangeiros que chega ao Brasil não possui parentes ou amigos no país e não tem destino certo. São Paulo possui atualmente quatro abrigos destinados exclusivamente à população de imigrantes e refugiados:

- **Casa de Passagem Terra Nova:** localizada na região da Bela Vista, é gerenciada pela Coordenação Regional de Obras de Promoção Humana (Croph) em parceria com o Governo do Estado de São Paulo. Oferece 50 vagas.

Endereço: rua Abolição, 145, Bela Vista, São Paulo (SP)

- **Serviço Franciscano de Solidariedade (Sefras):** localizado no Pari, é administrado em parceria com a Prefeitura de São Paulo e

tem capacidade para 110 pessoas.

Endereço: rua Hanneman, 352, Pari, São Paulo (SP)

- **Centro de Acolhida Nossa Senhora Aparecida:** localizado no Tatuapé, zona Leste de São Paulo, é administrado pela Associação Palotina em parceria com o governo municipal. Oferece 40 vagas destinadas exclusivamente a mulheres imigrantes.
Endereço: rua Visconde de Itaboraí, 119, Tatuapé, São Paulo (SP)
- **Casa do Migrante:** administrada pela Missão Paz, instituição dos Missionários de São Carlos – Scalabrinianos, está localizada na Liberdade e disponibiliza 110 vagas.
Endereço: rua do Glicério, 225, Liberdade, São Paulo (SP)
- **Crai-SP:** visa acolher e dar suporte a migrantes em trânsito ou residentes na cidade, independentemente da nacionalidade, do status migratório ou do amparo legal para a sua estada em território nacional. Possui 110 vagas noturnas e 80 diurnas.
Endereço: rua Japurá, 234, Bela Vista, São Paulo (SP)

O **Arsenal da Esperança**, abrigo localizado nas instalações da antiga Hospedaria dos Imigrantes, que acolheu milhares de imigrantes do final do século 19 até os anos 1970, tem capacidade para acolher 1.200 homens, entre pessoas em situação de rua e imigrantes. O local recebeu dezenas de haitianos que chegaram à cidade de São Paulo quando houve intensificação dos fluxos migratórios, mas não é um equipamento exclusivo para migrantes.

Endereço: rua Dr. Almeida Lima, 900, Mooca, São Paulo (SP), CEP 03164-000

Telefone: (11) 2292-0977

O objetivo desses locais é servir como casa de transição, com foco no apoio aos imigrantes no processo de adaptação ao país, garantindo-lhes alguma estabilidade. O tempo de estada nos abrigos varia de acordo com as instituições e demandas específicas de cada pessoa. Os encaminhamentos são feitos pelos órgãos conveniados – Centros de Referência Especializados em Assistência Social (Creas), Centro de Referência e Aco-

lhida ao Imigrante (Crai), Caritas Arquidiocesana, Missão Paz e Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania – mediante disponibilização de vagas e análise do perfil do recém-chegado.

Embora a cidade aponte para a ampliação desse tipo de atendimento, o número de vagas disponíveis hoje nesses centros de acolhida é insuficiente se comparado à demanda. Nos dias em que atingem sua capacidade máxima, os imigrantes precisam ser encaminhados a albergues públicos comuns, situação considerada “delicada” por Guilherme Otero, para quem é fundamental o desenvolvimento de iniciativas que contemplem as especificidades da população migrante.

Trabalho

Pode-se afirmar que a necessidade mais premente dos solicitantes de refúgio e refugiados é o trabalho, atividade fundamental para a conquista da autonomia e reestruturação da vida no novo país. Maria Cristina Morelli, da Caritas Arquidiocesana de São Paulo, conta que os refugiados chegam à entidade com muitas dúvidas, desde questões simples, como a necessidade de apoio para a elaboração de um currículo, até as mais complexas, como os trâmites legais e documentação para abrir uma empresa no país ou a busca de emprego.

Quando o solicitante de refúgio chega à Caritas, a entidade elabora seu perfil profissional, o auxilia na elaboração de um currículo e o encaminha para instituições parceiras: o Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (CATE), da Prefeitura de São Paulo; o Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT), do Governo do Estado; e o Programa de Apoio para Recolocação dos Refugiados (Parr), projeto da Emdoc, empresa de consultoria especializada em imigração e parceira do Acnur.

Adelaide Lemos, da Caritas, relata que os solicitantes de refúgio e refugiados têm a expectativa de conseguir empregos compatíveis com sua formação, já que menos de 1% dos atendidos pela entidade são analfabetos. Entretanto, a falta de domínio da língua e as dificuldades de regularização da documentação referente à escolaridade – como a validação dos diplomas – são entraves a esse propósito. Fernando Bissacot, assistente de Soluções Duradouras do Acnur no Brasil, explica que esse

procedimento é um direito dos refugiados, mas invariavelmente o processo costuma ser moroso e caro. “Nem sempre os refugiados estão de posse de todos os documentos necessários, e as universidades não têm conhecimento sobre como realizar essa validação, o que faz com que o processo seja extremamente difícil”, relata. Soma-se a esses obstáculos a ausência de padrão em relação aos requisitos e documentos necessários para revalidação de diploma e titulação entre as universidades públicas brasileiras, o que dá total autonomia para as instituições requisitarem os itens que consideram mais importantes.

Outro entrave para a regularização da documentação de escolaridade, item imprescindível para a recolocação profissional, é a proibição do procedimento aos indivíduos que portam o Protocolo Provisório. Ou seja, no Brasil, apenas os refugiados ou residentes permanentes têm permissão para solicitar esse procedimento. É comum, entretanto, que os refugiados não possuam comprovantes de Ensino Fundamental ou Médio que possam ser apresentados nas Secretarias de Educação. Nesses casos, a pessoa pode fazer uma prova de conhecimento de português e matemática em qualquer unidade pública de ensino com turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da cidade onde se encontra.²⁹

O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal de 1988 garantem a crianças e adolescentes o direito de serem matriculados em instituições de ensino, sendo exigida a realização de uma prova de conhecimentos para posicioná-los na etapa de ensino adequada.

A falta de perspectiva em relação ao trabalho formal, as dificuldades com a língua portuguesa e o pouco conhecimento acerca da legislação brasileira quanto à proteção aos trabalhadores leva grande parte da população migrante ao trabalho informal, ilegal e até mesmo escravo. Nos últimos anos, é o que tem acontecido principalmente com a população boliviana e peruana na indústria têxtil no estado de São Paulo. Mais recentemente, verificou-se o mesmo com haitianos, no mesmo setor³⁰ e também na construção civil.³¹

O auditor fiscal Renato Bignami, ex-coordenador estadual do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo da Superintendência Regional de Trabalho e Emprego de São Paulo, em entrevista à BBC Brasil em 2013, já apontava para o aumento de estrangeiros resgatados no estado:

O número de resgatados está crescendo por causa de dois fatores: por um lado, aumentou o interesse dos estrangeiros pelo Brasil, que muitas vezes entram de maneira irregular e se envolvem em condições de trabalho degradantes. Por outro, intensificamos as fiscalizações. Logo, a tendência é encontrarmos cada vez mais estrangeiros de nacionalidades variadas vítimas desse crime.³²

Em 2013, a Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), vinculada ao governo federal, lançou o *Manual de recomendações de rotinas de prevenção e combate ao trabalho escravo de imigrantes*,³³ com o objetivo de auxiliar agentes públicos e conscientizar a sociedade civil em relação ao tema.

A Repórter Brasil, organização brasileira que atua no combate ao trabalho escravo, publicou uma série de reportagens sobre a situação dos imigrantes no país, revelando casos de aliciamento de estrangeiros para o trabalho informal. O material apurado pelos jornalistas demonstra que muitas empresas aproveitam a situação de vulnerabilidade e desconhecimento das leis trabalhistas por parte dos estrangeiros para pagar salários extremamente baixos por uma jornada extensa de trabalho.³⁴

TRABALHO FORÇADO NO MUNDO

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), há atualmente no mundo cerca de 21 milhões de pessoas em situação de trabalho forçado. Com o objetivo de reverter essa realidade, o organismo lançou, em 2015, a campanha “50 for Freedom” (“50 pela liberdade”, em tradução livre), para que os países assinem o Protocolo sobre trabalho forçado e instalem medidas de combate à escravidão moderna sob todas as suas formas. O Protocolo atualiza a Convenção 29 da OIT, da qual muitas nações eram signatárias, mas que, por datar de 1930, não abrange as novas formas de

escravidão que surgiram desde então. A campanha tem como objetivo conscientizar pelo menos 50 países a ratificarem o novo documento até 2018. Todas as informações sobre a campanha “50 for Freedom” e o Protocolo sobre trabalho forçado estão disponíveis em português em: <<http://50forfreedom.org/pt>>.

Língua

Bonior Carine, de 33 anos, foi obrigada a deixar a República Democrática do Congo em 2012 e imigrou para o Brasil. Ela narra que, sem falar nenhuma palavra em português, não compreendia nada do que diziam nos primeiros meses em São Paulo. “Tudo era difícil. Eu falava francês e um dialeto do meu país. Tinha muita dificuldade para entender a cidade e falar com as pessoas. Era muito difícil aprender a língua, mas eu estava determinada. Sabia que precisava aprender português e por isso fui fazer o curso do *Trilhas da Cidadania*.”

Situação parecida vivia o solicitante de refúgio Stanley,³⁵ de 34 anos, que em outubro de 2015, quando foi entrevistado para esta publicação, encontrava-se no Brasil havia apenas três semanas. Natural da Nigéria, ele falava inglês e igbo, uma língua usada no sudoeste de seu país. Era muito difícil comunicar-se com os brasileiros: “Não são muitos brasileiros que falam inglês. Muitas vezes, quando preciso de informação e estou na rua, fico rodando muito tempo em busca de alguém que possa me ajudar”.

Guilherme Otero, da CPMig, atribui a essas dificuldades básicas a busca elevada por cursos de língua portuguesa entre os migrantes. Segundo ele, observa-se que, entre 2014 e 2015, houve um aumento do número de entidades que oferecem esse serviço gratuito na cidade por meio de parcerias com outras instituições. Um cadastramento realizado pela Prefeitura de São Paulo³⁶ revelou a existência de 14 cursos de língua portuguesa para imigrantes no município. Desses, 69,2% são oferecidos sem apoio financeiro e apenas um consegue remunerar os professores. Além disso, por causa do reduzido número de vagas, as iniciativas existentes não conseguem atender os solicitantes de refúgio assim que chegam ao Brasil ou logo que demonstram interesse. A Caritas Arquidiocesana opera, atualmente, com oito parceiros,³⁷ que oferecem um total de 450 vagas em cursos de língua portuguesa por semestre. O encaminhamento é fei-

to a cada nova turma aberta ou à medida que as organizações disponibilizam vagas resultantes da evasão.

CAPACITAÇÃO

A Caritas Arquidiocesana de São Paulo oferece formação sobre refúgio a todos os seus parceiros que se dedicam ao ensino da língua portuguesa. Maria Cristina Morelli, coordenadora do Centro de Referência para Refugiados da entidade, ressalta que é muito importante que os funcionários e voluntários dessas organizações conheçam a realidade e os direitos dessa população. “Quando os parceiros nos procuram, vemos que eles têm o desejo de ajudar, mas não sabem o que é o refúgio e qual a situação daquela pessoa. É sempre muito importante realizar uma capacitação mínima sobre o tema”, explica.

Apesar do interesse em aprender a língua portuguesa, alguns solicitantes de refúgio e refugiados não fazem o curso ou o abandonam diante de necessidades mais urgentes, aponta Adelaide Lemos, da Caritas. Segundo ela, é comum que, na chegada ao Brasil, eles estejam ansiosos por encontrar moradia e um novo emprego. Muitos acabam aceitando vagas de trabalho que não exigem o domínio da língua, o que dificulta a frequência às aulas. “Nós sempre encaminhamos um número maior de pessoas do que o de vagas disponíveis, pois sabemos que ocorrerá evasão”, diz. “Tentamos explicar que, embora os problemas pelos quais estão passando sejam urgentes, eles precisam aprender pelo menos o português básico.” Com o tempo, a tendência é que os próprios refugiados reconheçam a importância desse tipo de aprendizado, pois vão vivenciando as dificuldades e limitações causadas pelo não domínio da língua no dia a dia.

Bonior Carine foi estudante da primeira turma do *Trilhas da Cidadania* e conta que, no início, o aprendizado foi difícil, mas após alguns meses já podia se comunicar melhor, o que contribuiu para que encontrasse seu primeiro emprego no Brasil, como auxiliar de limpeza. Depois de um ano e meio, com maior fluência no português, foi promovida e hoje exerce o cargo de auxiliar administrativa:

O *Trilhas da Cidadania* me ajudou muito e agora estou trabalhando, fazendo minhas coisas sozinha porque entendo a língua. Tem muita gente que não sabe falar nada e não arruma emprego. Eu era auxiliar de limpeza e fui promovida para auxiliar administrativa. O domínio da língua me ajudou muito e o curso do *Trilhas da Cidadania* foi um início muito importante para esse aprendizado.³⁸

A trajetória de Carine ilustra como o ensino do português pode auxiliar no complexo processo de inclusão dos imigrantes na sociedade brasileira. Do processo de documentação, passando pela geração de renda e participação da vida em comunidade, o domínio da língua vem sendo apresentado como demanda dessa população desde a 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, realizada em 2013 na cidade de São Paulo. Além do mapeamento das iniciativas da sociedade civil que respondem a esse desafio, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), em regime de cooperação com a Secretaria Municipal de Educação, prevê para o segundo semestre de 2016 o lançamento de cursos de língua portuguesa para imigrantes em toda a rede de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

PROJETO TRILHAS DA CIDADANIA

O projeto *Trilhas da Cidadania – A língua portuguesa pela cidade* surgiu em 2012 com o objetivo de auxiliar a integração de imigrantes, refugiados e solicitantes de refúgio na cidade de São Paulo por meio do ensino da língua portuguesa e da produção de conhecimento acerca da cultura brasileira e da cidadania. O projeto, idealizado e executado pela Associação Cidade Escola Aprendiz em parceria com a Caritas Arquidiocesana de São Paulo e a Editora Moderna, parceira financiadora da iniciativa, contou também com apoio do Museu de Arte Sacra de São Paulo.

São Paulo, como um dos maiores centros urbanos do país, já se configurava à época do início do projeto como uma das principais portas de entrada para imigrantes e solicitantes de refúgio em toda a América Latina, recebendo um contingente significativo dessas populações em busca de segurança – quando deslocadas forçosamente de seus países – e mais qualidade de vida.

Luciano Monteiro, diretor de Relações Institucionais da Editora Moderna, lembra que a criação do projeto coincidiu com o aumento significativo do fluxo migratório no Brasil e em São Paulo, em um momento em que o movimento de acolhimento e inclusão desse público ainda era tímido. Nesse contexto, em 2012, os cursos de língua portuguesa para imigrantes eram raros, não obstante configurarem-se como condição fundamental para o início de uma vida digna e integrada à cidade.

Os cursos ofertados à época desenvolviam abordagens metodológicas próprias, algo que se mantém na configuração atual, como demonstra o levantamento realizado pela Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig) da Prefeitura de São Paulo. No caso do Aprendiz, a elaboração da metodologia seguiu os princípios que regem sua atuação no campo da educação há 19 anos. Entre eles destaca-se o pressuposto de que uma educação de qualidade volta-se não apenas para o desenvolvimento intelectual, como o modelo escolar tradicionalmente reforça, mas para o desenvolvimento integral dos sujeitos contemplando suas múltiplas dimensões: social, física, emocional, simbólica e intelectual. Nesse sentido, constitui um desafio complexo impossível de ser superado por

uma única instituição. Ao contrário, demanda a existência de uma rede articulada no território, na qual os diferentes agentes são corresponsáveis pelo processo formativo das pessoas.

Soma-se a essa perspectiva o conceito de cidade como Território Educativo,³⁹ agenda que vem sendo fortalecida pelo Aprendiz por meio do Programa Cidades Educadoras. A iniciativa apoia e desenvolve ações estratégicas para a formação de Cidades Educadoras no Brasil, produzindo e disseminando conteúdos sobre o tema, além de identificar e articular atores-chave para incidência na agenda pública. Para criar referências de práticas de Cidade Educadora, o programa elabora e implementa projetos, como é o caso do *Trilhas da Cidadania – A língua portuguesa pela cidade*.

Cidade Educadora

No ano de 1990, em Barcelona, a ideia de que uma cidade deveria exercer intencionalmente uma função educadora, para além de suas atividades econômicas, sociais e políticas convencionais, ganhou força no I Congresso Internacional de Cidades Educadoras. A partir desse encontro, uma rede de cidades transformou-se em Associação Internacional, tomando como referência a Carta das Cidades Educadoras,⁴⁰ documento que apresenta os pressupostos de uma cidade que desempenha papel formativo na vida de seus habitantes.

A proposta de uma Cidade Educadora supõe que o território possa ser tomado como espaço educativo e que o meio seja concebido como agente e conteúdo da educação, acolhendo todas as dimensões de uma educação integral e permanente. Segundo Jaume Trilla Bernet, referência teórica do movimento, esse conceito contempla três dimensões. “Aprender na cidade”, considerando-a como contexto e cenário em que a educação está inserida. “Aprender com a cidade”, na medida em que essa é agente, veículo e instrumento potencial de educação, e, por fim, “Aprender a cidade”, considerando seus espaços e agentes como objeto de conhecimento e conteúdo de aprendizagem, passíveis de transformação. Tal distinção é realizada para que se possam compreender os diferentes potenciais educativos da cidade, porém, na prática, eles operam de ma-

neira complementar, pois “quando aprendemos com e na cidade aprendemos concomitantemente a conhecê-la e a usá-la melhor”.⁴¹

Traduzida em práticas e experiências, a concepção de Cidades Educadoras já é uma realidade em diversos lugares do mundo.⁴² Um exemplo de destaque pode ser visto em Rosário, na Argentina, onde o município assumiu há 20 anos sua vocação educadora e reorientou as políticas para garantir a formação de seus cidadãos. Na esteira das mudanças foi necessário que a gestão pública integrasse as políticas e os programas sociais, criasse novas praças e equipamentos de lazer e convivência para as famílias, fortalecesse as organizações comunitárias, a economia solidária e o desenvolvimento local, entre outras medidas. Para estimular a participação e o controle social, adotou o orçamento participativo e instituiu um Conselho das Crianças, que promove o engajamento de meninos e meninas com as questões urbanas, de forma lúdica e educativa.

Com o maior porto da América Latina, o município de Santos, localizado no litoral do estado de São Paulo, é de grande importância nas atividades econômicas regionais e do país. A cidade – uma das mais antigas do Brasil e com elevado percentual de idosos (20% da população) – configura outro exemplo de Cidade Educadora na América Latina. Entre os projetos desenvolvidos, estão o “Santos da Gente”, que visa apresentar a cidade e seu patrimônio histórico e cultural aos estudantes das escolas públicas locais. Outra iniciativa é “Vovô Sabe Tudo”, que fomenta a participação ativa dos idosos, levando-os a integrar o processo educativo dos habitantes de Santos como condutores de bondes, contadores de histórias e cuidadores de hortas comunitárias. O incentivo à formação de grêmios escolares e uma Câmara Jovem busca ampliar as instâncias de participação voltadas para crianças e adolescentes, além de permitir que se envolvam ativamente nos debates sobre o futuro da cidade.

Maranguape, no Ceará, também reflete esse paradigma. A participação de pais, estudantes, professores, associações civis, jovens e idosos na requalificação de espaços da comunidade para a criação de um Eco-museu reorientou os patrimônios materiais e imateriais do município para uma proposta de Cidade Educadora. Pautada pela valorização da cultura local e pelo engajamento comunitário, a experiência expandiu-se para as políticas públicas com a aprovação de um Plano Municipal

de Educação, que estabelece diretrizes e metas para que Maranguape se consolide como Cidade Educadora. Em 2016, a sociedade civil local lançou um Observatório que tem como objetivo acompanhar e monitorar a implementação da política.

Soma-se a esses exemplos a emergência de diferentes movimentos sociais de ocupação e ressignificação do espaço público nas principais metrópoles brasileiras. De norte a sul, grupos se organizam de forma colaborativa, utilizando as novas tecnologias para requalificar ruas, praças, calçadas, parques e escadarias, pautando e exercendo o direito à cidade como um direito inalienável no século 21. Rompendo com a lógica das políticas fragmentadas, as experiências de Cidade Educadora evocam a necessidade de articulação entre os diferentes setores do governo e da sociedade em um pacto pelo desenvolvimento humano e social. Para superar a baixa participação, a Cidade Educadora exige a criação de mecanismos e estratégias capazes de contemplar as diferentes vozes que compõem o espaço urbano.

Trilhas Educativas

Ancorada pela concepção de Cidade Educadora e pela premissa da Educação Integral, a Associação Cidade Escola Aprendiz desenvolveu a metodologia das Trilhas Educativas como uma possibilidade de estruturação significativa dos processos de produção do conhecimento. Essa tecnologia social dialoga com o pressuposto de que o processo de ensino-aprendizagem torna-se mais relevante na medida em que se vincula à vida do educando e de sua comunidade e propõe a construção de uma relação autônoma e prazerosa com o conhecimento a partir de percursos formativos que articulam os interesses dos sujeitos às expectativas de aprendizagem e ao potencial educativo do território.

Nas Trilhas Educativas, o estudante não só se beneficia dos recursos educativos da cidade como também produz conhecimento e, nessa perspectiva, torna-se um agente potencialmente transformador de sua realidade. Reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), as Trilhas Educativas “são percursos pelos quais o processo pedagógico se estende, extrapolando a sala de aula e incluindo praças, parques, ateliês, becos,

estúdios, oficinas, empresas, museus, teatros, cinemas, parques de diversão, centros esportivos, bibliotecas, livrarias, entre outros”.⁴³

Podem ser considerados elementos estruturantes das Trilhas Educativas:

1. O estabelecimento de um tema/objeto de pesquisa

A trilha educativa parte idealmente de uma questão norteadora, um tema de interesse dos estudantes. É preciso dialogar com o grupo a respeito daquilo que seus integrantes conhecem e do que gostariam de investigar. Esse primeiro passo encerra-se quando o grupo decide, de forma coletiva, pelo tema/objeto da pesquisa, que norteará a trilha e servirá de base para o planejamento das próximas etapas.

2. A construção de um roteiro/ plano de trabalho

A partir do tema norteador, o desafio do grupo passa a ser elaborar um roteiro, que consistirá da trilha propriamente dita. Isto é, um plano do caminho a ser percorrido. É possível prever – se for do desejo dos participantes – uma produção final que responda de alguma forma às indagações colocadas no primeiro momento.

A ideia é que os alunos, apoiados pelo educador, elenquem as possíveis fontes de pesquisa a que poderão recorrer na construção do conhecimento.

Todos os espaços, lugares ou pessoas podem ser considerados fontes de conhecimento acerca do tema investigado.

3. Articulação com o currículo/expectativas de aprendizagem

Com base no tema norteador levantado pelo grupo e no planejamento dos recursos educativos a serem utilizados na trilha, o educador deve buscar articular o currículo/expectativas de aprendizagem ao tema de investigação. Isto é, os objetivos de aprendizagem previstos pela trilha deverão dialogar diretamente com as habilidades e competências previstas e acordadas com os próprios educandos.

4. Escolha dos instrumentos para a sistematização e a avaliação contínua do conhecimento

As etapas e atividades realizadas no decorrer do processo de pesquisa devem ser registradas continuamente a fim de organizar o conhecimento produzido coletiva e individualmente. É fundamental que essas metas de aprendizagem sejam fruto de consenso, de forma a permitir a reflexão sobre o que foi possível alcançar em relação ao estabelecido e pactuado no início do processo e aquilo que ainda permanece como desafio de aprendizagem.

5. Compartilhamento do aprendizado

Uma das estratégias para o encerramento das Trilhas Educativas é o compartilhamento dos conhecimentos adquiridos durante o percurso investigativo pelo grupo com a comunidade. O formato pode variar de acordo com o desejo dos alunos. É possível pensar em uma produção coletiva ou em uma intervenção no território que dialogue com o tema investigado, por exemplo.

Trilhas Educativas e o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa para imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados

No caso dos refugiados e solicitantes de refúgio – populações estrangeiras que, em sua maioria, chegam ao país em condições de extrema vulnerabilidade –, conhecer e interagir com o espaço urbano a partir de Trilhas Educativas torna-se uma estratégia de integração e apropriação da cidade. Ao dialogar com os interesses e as necessidades dos alunos, tais percursos convocam os agentes educativos do espaço urbano a responder a tais demandas, ao mesmo tempo que provocam os próprios agentes e os equipamentos a aprimorar o atendimento a essa população.

Durante as cinco edições do projeto, foram realizados percursos educativos em diversos locais da capital paulista, de acordo com as necessidades mais prementes dos participantes. Os roteiros incluíram visitas aos seguintes equipamentos: Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (CATE), Museu da Língua Portuguesa, Museu da Imigração do Estado de São Paulo, Memorial da Resistência de São Paulo, Pinacoteca

do Estado de São Paulo, Mercado Municipal de São Paulo, estação Luz do metrô, Pátio do Colégio e lojas, entre outros.

No *Trilhas da Cidadania*, portanto, a aquisição de competências linguísticas acontece em grande medida a partir das demandas e necessidades dos refugiados e solicitantes de refúgio, utilizando essencialmente os espaços da cidade para a potencialização do aprendizado e da apropriação do espaço urbano. Segundo Wendy Villalobos, gestora do projeto ao longo de suas cinco edições, a metodologia das Trilhas Educativas trouxe referências centrais para a construção e o desenvolvimento do projeto:

A metodologia do *Trilhas da Cidadania* foi construída a partir das Trilhas Educativas, mas adaptada à realidade do público do curso. Consideramos as temáticas que são importantes para os alunos e a conexão constante do aprendizado com a cidade, tudo isso dialogando com o currículo básico de ensino de língua portuguesa que era preciso cumprir.⁴⁴

Metodologia

Nas páginas seguintes serão apresentadas recomendações estruturantes para a elaboração e realização de cursos de português para solicitantes de refúgio e refugiados a partir da experiência acumulada ao longo de cinco edições do projeto *Trilhas da Cidadania - A língua portuguesa pela cidade*. São detalhes relativos a organização, logística, formato das atividades, materiais necessários e perfil da equipe, que podem contribuir para a obtenção de resultados satisfatórios em relação ao ensino do idioma para essa população. O objetivo é compartilhar aprendizados, inclusive sobre os obstáculos enfrentados e, a partir daí, apontar possíveis caminhos de aperfeiçoamento do projeto. O contato com as cerca de 150 pessoas atendidas pelo curso, de características tão diversas, exigiu um constante processo de avaliação, estudo e adequação da proposta.

Estratégia de formação da turma

- Número de pessoas

É comum que exista, nesse tipo de formação, um alto índice de evasão, por diversos motivos. Problemas referentes a moradia e documentação, falta de dinheiro, doenças, visita às famílias que permaneceram

nos países de origem e empregos temporários, além de expectativas diferentes em relação ao curso estão entre as principais causas observadas. Alguns participantes deixam de comparecer ao conseguir um emprego formal. Recomenda-se, portanto, que o número de pessoas por turma leve em consideração esse fator. O *Trilhas da Cidadania* contava, em média, com 25 participantes.

- Encaminhamento dos alunos

Os participantes do curso eram selecionados pela Caritas Arquidiocesana de São Paulo, parceira do Aprendiz em todas as cinco edições do projeto. A procura era grande. A lista de interessados para os cursos de língua portuguesa era de aproximadamente mil pessoas ao final de 2015, com perspectiva de aumento progressivo, segundo Maria Cristina Morelli, coordenadora do Centro de Referência para Refugiados da instituição.

Diante de tamanha demanda, para que os cursos não acumulem vagas ociosas, recomenda-se que haja um acompanhamento contínuo da frequência dos alunos por meio de lista de presença simples. No *Trilhas da Cidadania*, tal controle era enviado à Caritas, que, de posse dos contatos de todos os participantes, buscava identificar os motivos das faltas como estratégia para evitar a evasão ou garantir a inscrição de novos interessados.

A substituição dos participantes que deixam as aulas por outros da lista de espera só é recomendável nas primeiras semanas, enquanto os conteúdos estão sendo introduzidos.

- Carga horária

Outra forma de diminuir os índices de evasão é o estabelecimento de uma carga horária que leve em consideração a realidade dos participantes. Na primeira edição do *Trilhas da Cidadania*, os encontros aconteciam quatro vezes por semana, com duração de três horas cada aula. Villalobos relata que foi preciso reavaliar o cronograma, pois a existência de outras demandas urgentes impedia muitos participantes de cumprir toda ou a maior parte da grade do curso. A partir dessa análise, optou-se por reduzir a carga horária para três aulas semanais, com duração de três

horas cada, totalizando 150 horas de formação. Cada edição passou a durar, aproximadamente, quatro meses.

DOCUMENTAÇÃO E CONTATO COM OS REFUGIADOS

É fundamental que os organizadores do curso tenham em mãos o maior número de contatos e dados documentais dos solicitantes de refúgio e refugiados. Uma vez que eles ainda estão se adequando ao novo país e se encontram em situação de vulnerabilidade, seus endereços costumam variar e o contato telefônico é raro. Caso o curso seja realizado sem a parceria de uma instituição que tenha tais informações, é importante que o registro seja feito pelo próprio educador. Os solicitantes de refúgio possuem um protocolo de solicitação e têm direito a carteira de trabalho e Cadastro de Pessoa Física (CPF). Os refugiados já reconhecidos como tais possuem Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), além de carteira de trabalho e CPF.

- Perfil dos alunos

A diversidade é uma característica marcante desse tipo de atendimento. Algumas edições do *Trilhas da Cidadania*, por exemplo, tiveram a participação de adultos e adolescentes no mesmo grupo. Também é comum que os estudantes apresentem diferentes níveis de escolaridade: há os que completaram apenas o Ensino Fundamental, os que fizeram Ensino Médio/Técnico, e outros, em menor número, que são graduados ou pós-graduados.

No *Trilhas da Cidadania*, a maioria dos participantes era proveniente da Nigéria, mas havia também alunos oriundos de Serra Leoa, Sri Lanka, África do Sul, Libéria, Gâmbia, Sudão, Somália, Síria, Gana, Camarões, Togo e Iraque. Tal heterogeneidade exige do educador sensibilidade e cuidado no acompanhamento de cada estudante, pois a diversidade pode implicar em diferenças significativas nos processos de aprendizagem. Como mediador, cabe ao educador desse tipo de projeto uma atitude positiva em relação às diferenças, de modo a promover o diálogo intercultural no dia a dia com a turma.

- Organização do espaço

Embora parte do curso seja realizada nas ruas, é importante que haja uma sala de aula como referência, em um local de fácil acesso por transporte público. Se possível, é válido que o espaço seja organizado de forma a favorecer a participação, o acolhimento e o sentimento de coletividade. Recomenda-se uma disposição de cadeiras que favoreça a integração do grupo, como a circular – ao contrário de uma sala de aula convencional, em que uma cadeira fica atrás da outra.

- Parcerias

A articulação de parceiros no território que disponibilizem espaço para a realização das atividades pode, de um lado, assegurar um local para a realização do curso e, de outro, aproximar novos agentes do processo educativo, sensibilizando-os para a realidade dos fluxos migratórios da cidade. Nas cinco edições do *Trilhas da Cidadania*, o espaço para as aulas foi cedido pelo Museu de Arte Sacra de São Paulo (MAS), um dos parceiros do projeto.

Para o diretor-executivo do MAS, José Carlos Marçal de Barros, “com essa parceria cumprimos com um dos mais importantes papéis dos museus na contemporaneidade: desenvolver e apoiar ações que promovam educação e inclusão social”. As peças do acervo do museu, que datam dos séculos 16 a 20, foram usadas nas aulas sobre história e cultura brasileira. Vinculado à Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, o MAS foi inaugurado em 1970 e ocupa uma ala do Mosteiro da Luz, no centro de São Paulo, local de fácil acesso por transporte público coletivo.⁴⁵

- Localização

De acordo com Wendy Villalobos, a região central de São Paulo foi escolhida para receber o *Trilhas da Cidadania* por dispor de uma vasta oferta cultural e educativa, representada pelos equipamentos que abriga, e por ser o território de entrada da população migrante no município de São Paulo. É ainda a localidade que concentra grande parte dos serviços de acolhimento voltados para esse público. Embora o projeto tenha optado por implementar suas ações nos bairros pertencentes à Subprefeitura Sé, é preciso ressaltar que iniciativas semelhantes podem ser dese-

nhadas e executadas em qualquer região da cidade, do estado e do país. Basta que o educador, a partir das necessidades, demandas e interesses do grupo, seja capaz de identificar os locais com potencial educativo e planejar Trilhas Educativas pelo território. Na capital paulista observa-se, inclusive, um crescimento da demanda por aulas de português em bairros mais afastados, onde parte dos solicitantes de refúgio e refugiados têm fixado residência.

A proposta de descentralização dos cursos de português para imigrantes – que dialoguem com as estratégias adotadas pelo *Trilhas da Cidadania* – contribuiria para conectar os participantes a sua nova realidade, estimulando o sentimento de pertencimento ao local onde moram e circulam diariamente. Segundo Guilherme Otero, assessor técnico da CPMig da Prefeitura de São Paulo, há um esforço do órgão em articular iniciativas nesse sentido. “Nosso objetivo é que São Paulo tenha cursos profissionais, públicos e gratuitos para todos os imigrantes, descentralizados e nos níveis básico, intermediário e avançado.”

Uso de materiais didáticos

- Recursos diversificados

Por falta de um referencial que oriente o ensino de idiomas para imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados, a maior parte das iniciativas brasileiras nessa área acaba desenvolvendo metodologias próprias. Os livros existentes no mercado voltam-se para turistas e executivos, sendo considerados inadequados para essa população.

No *Trilhas da Cidadania*, a parceria com a editora Moderna permitiu que os participantes tivessem acesso a dicionários, enquanto os educadores recebiam livros de Educação para Jovens e Adultos (EJA) como material de apoio. Luciano Monteiro, diretor de Relações Institucionais da editora, explica que os materiais da EJA eram os que mais se aproximavam das especificidades desse trabalho. “O nível de instrução dos alunos sempre foi alto. Os materiais que conseguimos identificar como mais próximos dessa realidade eram aqueles utilizados na EJA, mesmo sabendo que não era o ideal. Foi uma solução possível para o contexto existente”, diz.

A editora Moderna disponibilizou também livros de literatura que pudessem complementar as discussões sobre cultura brasileira. Tais obras serviram como ponto de partida para que os educadores adaptassem e criassem conteúdos e atividades específicos para o público atendido.

- **Materiais de apoio**

Materiais bastante simples podem contribuir para a dinâmica das aulas. Uma lousa e/ou um flipchart são úteis para a explanação de conteúdos e demonstração de exercícios. Uma estratégia interessante para o uso dessas ferramentas é propor que a sistematização dos tópicos abordados seja feita pelos estudantes.

Computadores com acesso à internet, projetores e caixas de som também são recursos válidos. O educador pode, por exemplo, navegar em sites georreferenciados a fim de identificar a localização dos espaços da cidade que serão visitados. Essa visualização possibilita ainda a introdução de vocabulários relacionados à mobilidade urbana – “ônibus”, “metrô”, “pontos”, “estações”, “trem”, “siga em frente”, “vire na próxima esquina à direita”, “desça do ônibus na terceira parada” etc.

Como as condições financeiras para esse tipo de curso costumam ser limitadas, com educadores voluntários e espaços com infraestrutura mínima, é preciso criatividade para apresentar os conteúdos, além de oferecer um ambiente acolhedor aos participantes.

MATERIAL ESPECÍFICO

Um livro didático focado no ensino de português para refugiados foi lançado em novembro de 2015 pelo Cursinho Mafalda, em parceria com a Caritas e o Acnur. Os exercícios e as aulas contidos no material baseiam-se nas necessidades e na rotina desse público, por exemplo, os procedimentos necessários para a emissão do CPF e do RNE. O livro é distribuído para as instituições parceiras, mas também está disponível gratuitamente online.⁴⁶

• Importância da oralidade

Recomenda-se priorizar a comunicação oral entre os integrantes do grupo, proporcionando espaços de fala que ajudem na ampliação do vocabulário e capacidade de expressão. No *Trilhas da Cidadania*, observou-se que a diversidade cultural, etária e de nível educacional enriqueceu as discussões, estimulando os participantes a compartilhar suas experiências e valorizando, desse modo, o diálogo intercultural. A língua foi entendida, portanto, como algo mais amplo do que a mera aquisição de vocabulário, gramática e boa pronúncia, pois também representou a ampliação de trocas, a construção de vínculos, o relato de histórias e o compartilhamento de códigos sociais e culturais entre os participantes.

“Eu esperava aprender a falar, ler e escrever bem na língua portuguesa. Encontrei a cultura brasileira. Aprendi a falar a língua graças às músicas, verbos, fichas e outras coisas mais. Além disso, também escrevi. Gostei muito de estar com pessoas de nacionalidades diferentes e fazer a mesma coisa. Também gostei de descobrir uma língua que nunca aprendi. Nesses cinco meses eu consegui o essencial da língua portuguesa.”

GORAME NDIAYE

Previsão de orçamento para alimentação e transporte

Diante da situação de vulnerabilidade comum à maioria dos solicitantes de refúgio e refugiados recém-chegados – muitas vezes sem moradia ou trabalho definidos –, qualquer gasto pode dificultar ou mesmo impedir a participação na formação. Como estratégia para favorecer a permanência dos participantes, é fundamental que o curso seja gratuito e que, se possível, ofereça vale-transporte e alimentação. Nas cinco edições do *Trilhas da Cidadania*, esses recursos foram fornecidos pela Editora Moderna e a Caritas Arquidiocesana. A primeira subsidiava o lanche, que representava, em alguns casos, a única refeição do dia, enquanto a segunda proporcionava o auxílio-transporte, disponibilizando a verba de acordo com o acompanhamento da frequência.

Na avaliação de Guilherme Otero, assessor da CPMig, nessas situações, todo tipo de auxílio é bem-vindo, de forma que os participantes do curso consigam priorizar o aprendizado da língua. “O maior problema

não é a pouca oferta de vagas, e sim a evasão. Essas pessoas não têm tempo disponível para se dedicar exclusivamente ao curso, pois estão trabalhando ou procurando trabalho. Elas querem aprender português muito rápido, pois precisam garantir seu sustento. Fica difícil acompanhar as aulas se não houver, no mínimo, transporte e alimentação.”⁴⁷

Durante as aulas, o momento do lanche propicia a socialização do grupo, promovendo encontros e aprofundando laços de confiança entre os participantes e entre esses e o educador.

Escolha do idioma para as aulas

Durante a primeira edição do *Trilhas da Cidadania* detectou-se que a heterogeneidade do grupo – diversas nacionalidades, culturas, gêneros, idades e níveis de escolaridade – precisaria ser equalizada para a realização de um bom trabalho educativo. Por isso, o projeto optou por adotar o inglês como língua oficial do curso. Nada impede, entretanto, que outra língua seja utilizada nas formações. Em 2016, existem aulas de português para imigrantes oferecidas em francês, espanhol, inglês e árabe.

Perfil do educador

- Experiência no ensino de idiomas

Idealmente, recomenda-se que o educador tenha experiência no ensino de idiomas e fluência em alguma língua estrangeira, o que servirá de referência para a comunicação inicial com o grupo. No entanto, se o curso não dispuser da verba necessária para a contratação de um profissional com esse perfil, é possível flexibilizar essas exigências, buscando uma composição que melhor atenda aos objetivos do projeto.

- Compreensão do contexto

“A primeira medida a tomar quando se quer trabalhar com solicitantes de refúgio e refugiados é entender o contexto, a realidade em que estão inseridos”, defende Maria Cristina Morelli, coordenadora do Centro de Referência para Refugiados da Caritas Arquidiocesana de São Paulo. “É preciso estar bem sensível ao drama das pessoas que saem do seu país involuntariamente”, reforça.

Para tanto, os educadores que atuam em iniciativas de ensino de língua portuguesa para esse público devem estar informados sobre a legislação relacionada ao tema, os trâmites para emissão de documentos e os órgãos governamentais e organizações da sociedade civil que trabalham com a questão. Embora não caiba ao educador resolver questões legais e de ordem socioeconômica dos estudantes, faz parte do trabalho de acolhida poder orientá-los acerca dos procedimentos necessários e encaminhá-los às instituições competentes.

O educador, nesse contexto, assume papel de referência e pode ser procurado para sanar dúvidas, compartilhar dificuldades e apresentar soluções para os mais variados problemas. “Nós não vamos encontrar a solução, mas, por conta de nossa experiência, conseguiremos esclarecer ou encaminhar as questões trazidas”, afirma Morelli.

Para apoiar e orientar os educadores que atuaram no *Trilhas da Cidadania*, a Caritas Arquidiocesana de São Paulo ofertou uma formação introdutória sobre os principais temas ligados a migração e refúgio.

- Rotatividade dos educadores

Outro desafio que precisa ser enfrentado é a alta rotatividade de educadores. Muitos voluntários desistem do trabalho no transcorrer das aulas, seja por falta de tempo, seja pelas dificuldades encontradas, como a heterogeneidade das turmas e a ausência de infraestrutura e recursos didáticos necessários.

“No primeiro dia do curso eu estava esperando aprender a língua portuguesa, para falar bem e escrever. Do começo do nosso curso até o fim aprendi muitas coisas, agora consigo conversar com pessoas. Conheci muitos lugares aqui em São Paulo e fiz relação com pessoas. Gostei da maneira do nosso professor explicar e as iniciativas dele para nossa integração. Estou com dificuldades só com os verbos. Passei bem no curso, sem problemas, gostei de tudo.”

BONIOR CARINE

“O curso de português é muito importante para nós, porque desde o começo até hoje teve uma grande melhora nas nossas palavras. Agora

eu consigo escrever, falar e conversar bem, mas antes foi difícil para mim. Aprendemos vocabulário, fonética, verbos e muitas coisas. Também fizemos muitas visitas. Tudo foi legal, o que eu mais gostei foi a cultura brasileira, suas regiões e os jogos e brincadeiras.”

DAME BADIANE

O primeiro contato com os alunos

• Apresentação e propostas voltadas à descontração

Os alunos geralmente chegam ao curso com muitas expectativas e incertezas. Por isso, recomenda-se que o primeiro contato seja feito no idioma estabelecido como “oficial” e que haja um momento de apresentações individuais. O ideal é que os participantes se sintam livres e confortáveis para compartilhar o que desejarem. Nessa atividade também podem ser utilizados jogos e dinâmicas que deixem todos mais à vontade.

Pode ser interessante sugerir que as pessoas falem sobre aspectos positivos de sua cultura e de seu país. Isso não impede que, com o passar do tempo, os estudantes optem por compartilhar histórias pessoais, caso se sintam confortáveis para fazê-lo. Outra recomendação é que o educador confira, juntamente com os participantes, a grafia e a pronúncia corretas dos nomes, já que muitos não são usuais na língua portuguesa.

• Planejamento

O momento de recepção deve servir, igualmente, para que o planejamento do curso seja compartilhado e para que o educador possa levantar temas e lugares da cidade de interesse dos refugiados – desse modo, tais espaços podem ser incluídos em percursos exploratórios ao longo dos encontros. A partir das propostas, uma pesquisa mais aprofundada fornecerá um mapeamento inicial sobre as oportunidades educativas da cidade que contemplem as demandas dos participantes. Com isso em mãos, o educador precisará ainda articular esses interesses com os conteúdos de ensino da língua portuguesa e da cultura local.

A escolha das saídas a serem realizadas deve ser discutida em sala de aula, de acordo com os interesses do grupo. Ao longo das cinco edições do *Trilhas da Cidadania*, o tema com maior relevância foi trabalho.

“A trilha, nesse caso, era motivada por uma necessidade”, explica Felipe Bueno, educador responsável por três edições do curso. Segundo ele, os participantes tinham muitas dúvidas em relação às possibilidades de emprego, ambiente de trabalho, entrevistas, cumprimento de horários, elaboração de currículo e preenchimento de formulários. Vale ressaltar, entretanto, que é papel do educador sugerir locais e estratégias que ampliem ainda mais o repertório dos estudantes.

- **Diagnóstico inicial**

A experiência do *Trilhas da Cidadania* mostrou a importância de se aplicar, já na primeira aula, um questionário sobre os conhecimentos prévios dos alunos em relação à língua portuguesa, instrumento que servirá para avaliar o percurso de aprendizado ao final do curso. Isso não deve ser entendido como prova ou teste de conhecimento, mas como ferramenta para a construção de uma visão do processo de ensino-aprendizagem de cada participante.⁴⁸

- **Articulação de parceiros**

Por fim, recomenda-se que nas primeiras semanas sejam convidados órgãos e instituições que trabalham com a temática de refúgio para esclarecer as dúvidas dos participantes sobre sua condição no país. No projeto realizado pelo Aprendiz, a Caritas Arquidiocesana de São Paulo foi a organização que cumpriu esse papel.

Exemplos de perguntas feitas pelos solicitantes de refúgio e refugiados à Caritas:

- Como funciona a Caritas?
- É possível que a Caritas dê assistência financeira até termos um emprego?
- Quais são os passos que um refugiado deve dar para se tornar um cidadão no Brasil?
- Como sabemos quando o Conare (Comitê Nacional para os Refugiados) irá nos contatar? O que a pessoa deve fazer quando muda de endereço ou de número de telefone?

- Quanto tempo um refugiado demora para tirar o RNE?
- É fácil para um refugiado conseguir um bom emprego?
- Se um refugiado conseguir um emprego, quanto tempo ele deve trabalhar até poder viajar?
- É possível que um estrangeiro consiga no Brasil um emprego igual ao que ele tinha em seu país de origem? Como se validam os diplomas?
- Quais são as exigências para um refugiado abrir um negócio?
- Como eu faço para me candidatar a uma vaga na universidade (graduação e pós-graduação)?
- Existem nacionalidades cuja probabilidade de ter asilo garantido é maior?
- Como podemos encontrar uma residência segura no Brasil (contrato, documentos, língua)?
- É possível aumentar o valor referente ao transporte dos alunos?
- Quando nos oferecem um emprego, muitas coisas são prometidas. Muitas vezes, essas promessas não são cumpridas. Nesse caso, o que pode ser feito?
- Meu empregador começou me pagando uma certa quantia, que foi decrescendo desde o início de meu contrato. Ele alega que é por conta de impostos. Isso procede?
- Um estrangeiro tem os mesmos direitos que um brasileiro quando ambos trabalham na mesma empresa?

“O curso de português foi muito bom. Quando eu comecei, era difícil, eu ficava envergonhada de falar. Eu quero prosseguir. Aprendi muitas palavras, sei lugares, fui para importantes museus. Gostei de todas as saídas que fizemos. Quando estava cansada, minha professora tinha um bonito sorriso. Ela me ajudava, tem um bom coração. Agora eu sou feliz, eu tenho o básico no português.”

JUDITH

EXEMPLO DE ATIVIDADE: APRESENTAÇÃO DOS ALUNOS

Wilfred

Eu sou Wilfred. Eu sou nigeriano. Eu tenho 31 anos. Eu vim há quatro meses. Eu tenho ensino fundamental, médio e universitário. Eu trabalhei em uma importadora e exportadora de roupas. Eu moro em São Paulo, na Casa Verde. Não sou casado, não tenho filhos. Eu estou procurando trabalho. Eu vim para o Brasil sozinho. Eu penso que o Brasil é legal porque eu gosto da economia do Brasil.

Lucky

Meu nome é Lucky, eu sou nigeriano. Tenho 57 anos de idade. Estou há dois anos e seis meses no Brasil. Eu estudei Negócios Comerciais. Eu trabalhei na Linha Marítima Nacional Nigeriana, no Estado de Lagos, trabalhei no Estádio Nacional de Lagos. Trabalhei também na empresa Niger Vidros e como chefe de uma transportadora. Eu moro no Centro de São Paulo. Eu sou casado. Eu tenho cinco filhos. Não trabalho agora. Eu estou procurando trabalho. Eu vim para o Brasil para procurar asilo.

Sunday

Meu nome é Sunday, sou o segundo filho de meu pai. Meu país é a Nigéria. Eu tenho 41 anos. Eu vivo no Brasil há seis meses. Eu sou estudante. Eu vivo no Centro de São Paulo. Eu sou solteiro. Eu estou buscando trabalho agora. Eu gosto da cultura do Brasil. Eu não tenho filhos. Eu sou um cara simples, gentil, eu gosto de pessoas que são honestas. Eu adoro fazer amigos e ouvir música cristã e notícias. Eu odeio pessoas que traem a confiança dos outros. Eu amo minha família e amigos que são confiáveis.

Samba

Meu nome é Samba. Meu país é a Serra Leoa. Eu tenho 22 anos. Eu vivo no Brasil há dois meses. Eu moro na Mooca, em São Paulo. Eu não sou casado. Não tenho filhos. Eu não estou trabalhando. Eu estou procurando trabalho. Eu vim para o Brasil porque eu gosto do Brasil. Eu penso sobre o Brasil tantas coisas boas que eu não consigo explicar.

Emmanuel

Meu nome é Emmanuel, meu país é a Nigéria. Eu tenho 26 anos. Eu vivo no

Brasil há três meses. Eu estudei Banco e Finanças na Universidade, eu não completei. Eu jogava futebol. Eu moro na Mooca, em São Paulo. Eu sou solteiro e não tenho filhos. Eu não estou trabalhando agora. Eu estou procurando trabalho. Eu gosto do futebol do Brasil.

Kooh

Meu nome é Chikaobih e meu apelido é Kooh. Eu sou da Nigéria e tenho 51 anos. Eu sou vendedor de roupas e sapatos. Eu também crio galinhas. Eu sou casado, católico e moro no Jardim Etelvina. Eu estou no Brasil há dois meses.

Lamia

Eu sou Lamia e tenho 18 anos. Eu sou da Síria e sou estudante universitária. Eu falo árabe e um pouco de inglês. Eu sou solteira e muçulmana. Estou no Brasil há três meses. Moro no bairro de Santana.

Lina

Meu nome é Lina e eu sou da Síria. Eu tenho 26 anos e sou assistente farmacêutica. Eu falo árabe e um pouco de inglês. Eu sou solteira. Sou muçulmana e estou no Brasil há três meses.

Micheal

Meu nome é Micheal e eu sou nigeriano. Eu tenho 26 anos e sou estudante. Sou solteiro, falo inglês e sou católico. Moro em Santo André.

Rashed

Eu sou Rashed. Sou sírio e tenho 55 anos. Eu sou engenheiro de computação, falo árabe e inglês. Eu sou casado com Sabrin. Sou muçulmano e estou no Brasil com minha família há três meses.

Sabrin

Eu sou Sabrin, sou síria e tenho 50 anos. Eu sou farmacêutica. Eu sou casada, falo árabe e sou muçulmana. Eu moro em Santana há três meses.

Ken

Meu nome é Ken e eu sou nigeriano. Eu tenho 36 anos. Eu sou casado e tenho três filhos, mas eu vim sozinho. Eu estou no Brasil há três meses. Eu sou professor e pastor. Eu vim para o Brasil porque tem muitos problemas em meu país.

O território como agente educativo

• Agendamento

Seguindo os princípios das Trilhas Educativas e das Cidades Educadoras, o *Trilhas da Cidadania* criou percursos formativos em diversos locais da cidade. Wendy Villalobos, gestora do projeto em suas cinco edições, recomenda que as visitas aos equipamentos culturais, por exemplo, sejam agendadas com antecedência e respeitem os critérios adotados em cada local, como o número de pessoas e o tempo de permanência. Antes de levar os alunos, recomenda-se que o educador faça um contato prévio com a equipe do museu ou centro cultural, explicando o caráter do curso e descrevendo o perfil da turma para, se possível, construir em conjunto as estratégias a serem adotadas no dia da visita.

É importante que, aproveitando ao máximo a oferta educativa do equipamento, o educador pactue os temas e o idioma adotado, variando de acordo com a etapa de aprendizado na qual os participantes se encontram.

Para facilitar a compreensão, Villalobos relata que as primeiras monitorias das turmas foram feitas em inglês: “No começo fizemos a opção pelo inglês para que os alunos compreendessem melhor os conteúdos e se sensibilizassem com o aprendizado. São escolhas. Perde-se um pouco no processo do aprendizado do português, mas ganha-se em relação à cultura”.

• Intencionalidade educativa

Como visto anteriormente, reconhecer o potencial educativo da cidade implica uma transformação no modo de olhar. Essa intencionalidade, fundamental na proposta da Cidade Educadora, põe em movimento uma série de possibilidades formativas que antes se encontravam dormentes. No *Trilhas da Cidadania*, essa abordagem permitiu que os refugiados experimentassem situações e explorassem locais conectados às suas necessidades diárias básicas. Assim, além dos espaços tradicionais de visitação, como museus, parques, bibliotecas e centros culturais, as Trilhas Educativas aconteceram em centros de referência e atendimento, meios de transporte, lojas e mercados.

Felipe Bueno, que foi educador do projeto, relata que a parceria com esse tipo de espaço/serviço exige articulação prévia. “Quando há interesse em receber os alunos, nós negociamos a data e o horário convenientes para o estabelecimento, de modo a minimizar o impacto da visita no funcionamento cotidiano do local. Também explicamos o objetivo pedagógico e conversamos sobre a atividade que será realizada”, explica.

O educador deve ter em mente que as Trilhas Educativas têm função pedagógica específica, não se tratando apenas de passeios cujo objetivo seria quebrar a monotonia das aulas normais. Elas são o eixo fundamental de um projeto educativo que tem a cidade como plataforma e requer preparação específica prévia dos alunos para as atividades, assim como uma conclusão após sua realização.

Sugere-se que, nas aulas que precedem as saídas, o educador explore com os participantes vocabulários e diálogos que poderão ser utilizados na trilha, assim como a história do local que será visitado.

- **Sistematização, compartilhamento e avaliação do aprendizado**

Na aula seguinte à realização da Trilha Educativa, o educador deve reservar um tempo para o compartilhamento dos aprendizados e a realização de atividades de apropriação e avaliação do conhecimento adquirido pelos alunos. Pode-se propor que os participantes tragam elementos de sua cultura que dialoguem com a experiência vivida. Uma estratégia adotada no *Trilhas da Cidadania* visando a consolidação do aprendizado foi a produção de uma redação simples, que pode ser elaborada com a ajuda do educador e de livros e dicionários. Parte dos textos produzidos pelos alunos durante as edições do projeto está disponível no blog criado especialmente para a iniciativa.⁴⁹

EXEMPLO DE ATIVIDADE: REDAÇÕES

“No passado eu era farmacêutica assistente na Síria. Eu trabalhei na farmácia da minha mãe. Eu lia as receitas médicas e dava os remédios para os doentes. Meu trabalho também era preparar os remédios. Eu trabalhei desde o ano de 2009 (dois mil e nove) até o ano de 2013 (dois mil e treze). Então, quando nós fomos para o Egito, eu procurei trabalhar nas farmácias do Egito. Depois de vários meses, eu encontrei trabalho em uma farmácia no Egito. Eu trabalhei lá desde outubro de 2013 até abril de 2014 (dois mil e catorze). Então, nós viemos para o Brasil.”

LINA

“O CATE é uma organização da Prefeitura de São Paulo. Nossa visita ao CATE foi muito animada porque nós aprendemos muitas coisas que estavam faltando antes, como colocar nosso CV em ordem. O CATE também ajuda os imigrantes a encontrar um bom emprego no Brasil e explica como os salários são pagos e nossos direitos no lugar de trabalho.”

AUGUSTINE E THOMPSON

EXEMPLOS DE TRILHAS DA CIDADANIA

A seguir, serão apresentados exemplos de *Trilhas da Cidadania* realizadas pelo projeto e divididas por temas. É importante ressaltar que esses percursos pedagógicos podem ser realizados em qualquer cidade, a partir de articulações com equipamentos, espaços e interlocutores do território.

Trilhas relacionadas à temática trabalho

Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (CATE)

Como citado anteriormente, por ser uma demanda urgente e objeto de muitas dúvidas por parte dos solicitantes de refúgio e refugiados, é importante abordar com frequência questões como documentação, currículo, instituições de apoio ao trabalhador, legislação trabalhista brasileira, entrevista de emprego, relações de trabalho e vocabulário das profissões, entre outros assuntos. No *Trilhas da Cidadania*, além da realização de discussões e atividades em sala de aula, algumas instituições ligadas ao tema foram convidadas a auxiliar no esclarecimento das dúvidas e na reinserção no mundo do trabalho.

Uma delas foi o Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (CATE), parceiro do projeto desde a primeira edição. O órgão, vinculado à Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo da Prefeitura Municipal de São Paulo, oferece palestras de orientação, cursos de qualificação profissional, cadastramento de currículo no Sistema Nacional de Empregos (Sine) e intermediação de vagas com empresas.

Wendy Villalobos, gestora do *Trilhas da Cidadania* ao longo de suas cinco edições, afirma que, na primeira edição do projeto, o CATE ajudou no cadastramento de currículos no Sine, mas não houve ação específica para os participantes do projeto. Na edição seguinte, porém, iniciou-se uma parceria para a execução de ações direcionadas de apoio. Segundo relata, os funcionários do CATE não tinham familiaridade com a questão do trabalho para refugiados. “Tivemos encontros em que apresentei as questões básicas de imigração. Eles não tinham essas informações naquele momento, mas estavam abertos. Foi assim que começamos a

aprimorar essa parceria”, lembra. Os alunos começaram a participar, na sede do órgão, de palestras nas quais foram abordados diversos tópicos relacionados ao tema.

Desde então, observa-se uma maior adequação do CATE ao atendimento de imigrantes. Adelaide Lemos, da Caritas Arquidiocesana, resalta que foram contratados refugiados para o quadro de funcionários do órgão municipal. “Antes o CATE não possuía, por exemplo, profissionais habilitados a fazer o atendimento em outra língua. Com os refugiados trabalhando lá, além de inseri-los no mercado de trabalho, o atendimento de outros imigrantes pode ser feito em outros idiomas”, afirma.

Hidras Tuala, de 20 anos, há três no Brasil, é um dos refugiados empregados no órgão. O jovem congolês relata:

Quando cheguei ao Brasil, fiz curso de português no Sesc/Senac e depois participei do *Trilhas da Cidadania*. A língua portuguesa era difícil para mim no começo, mas eu tinha muita vontade de aprender. Depois dos cursos, comecei a me comunicar melhor e arrumei um trabalho. Atualmente trabalho no CATE e dou suporte aos imigrantes e refugiados que precisam de emprego. Eu sempre digo a eles a importância de saber português para conseguir emprego no Brasil.⁵⁰

Programa de Apoio para a Recolocação dos Refugiados (Parr)

Outra parceria do *Trilhas da Cidadania* foi estabelecida com o Programa de Apoio para a Recolocação dos Refugiados (Parr), projeto de cunho social viabilizado a partir de um acordo entre a empresa Emdoc, especializada em consultoria em imigração, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) e a Caritas Arquidiocesana de São Paulo. A iniciativa auxilia os refugiados e solicitantes de refúgio na elaboração e divulgação de currículos e realiza ações de conscientização de empresas públicas, privadas e da população em geral sobre a situação dessa população.

Integrantes do programa foram convidados a visitar as turmas do *Trilhas da Cidadania* para explicar o projeto e responder a perguntas dos alunos. De acordo com Adelaide Lemos, da Caritas, o trabalho do Parr é

importante porque “ainda existe uma falta de cuidado e preparo de muitas empresas em relação à contratação dos refugiados e solicitantes de refúgio”. Para ilustrar essa realidade, Wendy Villalobos relembra a ocasião em que presenciou, em uma das edições do curso, um processo seletivo com os refugiados. “Os responsáveis pela seleção não tinham sensibilidade em relação a esse público. Eles entregaram um formulário grande e difícil de ser preenchido. A entrevista também exigia um alto nível de conhecimento do português. Ninguém foi selecionado”, completa.

Guilherme Otero, assessor da Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig) da Prefeitura de São Paulo, ressalta que há uma preocupação do órgão em divulgar e potencializar ações de apoio à reinserção dos imigrantes no mundo do trabalho, em parceria com a Secretaria Municipal de Trabalho. O Acnur realiza campanhas de conscientização sobre refúgio e trabalho e disponibiliza gratuitamente as cartilhas *Trabalhando com refugiados* e *Cartilha de direitos trabalhistas para refugiados no Brasil*.⁵¹

INICIATIVAS DE REINserÇÃO DE IMIGRANTES E REFUGIADOS NO MUNDO DO TRABALHO

Abraço Cultural – Curso com Refugiados

O projeto oferece cursos de inglês, francês, espanhol e árabe ministrados por refugiados e tem como principal objetivo promover a troca cultural, a geração de renda e a valorização dessa população residente no Brasil. Iniciou-se em 2015, como uma iniciativa da plataforma social Atados e do Instituto de Reintegração dos Refugiados (Adus), em parceria com a Biblioteca e Centro de Pesquisa América do Sul-Países Árabes (BibliASPA) e a SP Escola de Teatro. Qualquer pessoa pode se inscrever pelo site: www.abracocultural.com.br.

Migraflix

Iniciativa da Social Good Brasil, é uma plataforma que oferece cursos culturais para brasileiros ministrados por imigrantes. Busca promover intercâmbios culturais, combate ao preconceito e valorização da população imigrante. Há uma variedade de cursos, como culinária de diversos países, ritmos e danças, caligrafia árabe e literatura argentina, entre outros. Mais informações: www.migraflix.com.br.

PLANO PEDAGÓGICO DE TRILHA EDUCATIVA RELACIONADA À TEMÁTICA TRABALHO

- 1. Nome da Trilha Educativa:** “Mundo do trabalho”.
- 2. Questão norteadora/tema:** a escolha desse eixo deveu-se à demanda dos alunos por inserção profissional e às dúvidas acerca de temas como: documentação, currículo, legislação trabalhista brasileira, entrevista de emprego, relações de trabalho e vocabulário das profissões.
- 3. Roteiro/plano de trabalho:** o educador mapeou diversas instituições relacionadas à inserção no mercado de trabalho. Após pesquisa, decidiu-se pela realização de Trilhas Educativas ao CATe (Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo), órgão vinculado à Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo da Prefeitura Municipal de São Paulo, e ao Parr. Antes da realização das trilhas, o educador elencou dúvidas e demandas referentes ao universo do trabalho no Brasil e às possibilidades de recolocação profissional. Também introduziu vocabulário para melhor aproveitamento das trilhas por parte dos alunos.
- 4. Articulação com o currículo/expectativas de aprendizagem:** alguns dos tópicos abordados nas aulas referentes ao universo do trabalho foram:
 - profissões em português;
 - experiência profissional dos alunos;
 - vocabulário do mundo do trabalho;
 - CLT (legislação e direitos trabalhistas);
 - perguntas e respostas frequentes em uma entrevista de trabalho.
- 5. Instrumentos de sistematização/avaliação contínua de aprendizagem:** após a realização das trilhas, os alunos preencheram uma ficha para se candidatar a uma vaga fictícia de emprego e elaboraram um currículo simplificado. Também produziram textos sobre as trilhas realizadas.
- 6. Compartilhamento do aprendizado:** os textos foram publicados no blog do projeto: <<https://trilhasdacidadaniablog.wordpress.com>>.

Trilhas relacionadas à temática alimentação/culinária

Mercado Municipal de São Paulo

Fazer as refeições em um país diferente pode ser um desafio para quem não conhece bem a cultura e o idioma local. Não se trata apenas de não saber nomear os alimentos, mas também de lidar com ingredientes desconhecidos, novos sabores e, claro, com o vasto vocabulário relativo à alimentação e à culinária. Diante dessa necessidade, o *Trilhas da Cidadania* promoveu algumas atividades e debates sobre o tema. Dentro da sala de aula, foram introduzidos termos e conteúdos gramaticais específicos, e os refugiados discutiram as diferenças culturais em relação à comida. Também apresentaram pratos típicos de seus países.

Fora da sala de aula, os participantes do curso fizeram uma Trilha Educativa até o Mercado Municipal de São Paulo, popularmente conhecido como “Mercadão”. Inaugurado em 1933 e localizado no centro antigo da capital paulista, o estabelecimento é rico em histórias, imagens, sabores e aromas. Os refugiados circularam pelos boxes, tiraram fotos, fizeram perguntas aos comerciantes e experimentaram frutas típicas do Brasil.

Mercado Municipal Kinjo Yamato

Além dos nomes dos alimentos, tiveram a oportunidade de aprender e treinar frases básicas para comprar produtos em uma visita ao Mercado Municipal Kinjo Yamato. Nessa visita, os alunos simularam diálogos com os lojistas.

Após as saídas, além de compartilhar as experiências e conhecimentos sobre a culinária de seus países de origem, os refugiados produziram textos com receitas de pratos típicos.

A partir da realização dessa Trilha Educativa, os alunos da quarta edição do curso decidiram preparar pratos típicos de seus países de origem para a cerimônia de formatura.

RECEITA
EBA DE INHAME COM SOPA DE PEIXE FRESCO (NIGÉRIA)

Por David e Israel

Nós somos nigerianos. Em nosso país, nós temos muitos pratos típicos. Mas essa redação é só sobre um bonito prato típico da Nigéria. O nome desse prato típico é eba de inhame com sopa de peixe fresco. Nós gostamos bastante de eba de inhame com sopa de peixe fresco.

a) Os ingredientes para preparar o eba de inhame são:

1. farinha de inhame
2. água quente

Modo de preparo do eba de inhame:

- despejar muita farinha de inhame em pequena quantidade de água quente.
- misturar junto.

b) Os ingredientes para cozinhar a sopa de peixe fresco são:

1. peixe fresco
2. farinha de inhame
3. pimentão vermelho
4. cebola
5. água
6. alho
7. caldo de peixe Maggi
8. sal

Modo de preparo da sopa de peixe fresco:

- cozinhar todos os ingredientes acima juntos por quinze minutos.

Finalmente, o eba de inhame é comido com a sopa de peixe fresco. Muitas pessoas em nosso país gostam bastante desse prato típico.

“Eu gostei de tudo do curso. Eu aprendi como falar português, eu aprendi a pronúncia das palavras da língua portuguesa, eu aprendi a cultura brasileira: as comidas brasileiras e muitas coisas sobre a vida no Brasil.”

JEFREY

PLANO PEDAGÓGICO DE TRILHA EDUCATIVA RELACIONADAS À TEMÁTICA ALIMENTAÇÃO E CULINÁRIA

- 1. Nome da Trilha Educativa:** “Alimentação e culinária”.
- 2. Questão norteadora/tema:** o tema alimentação/culinária surgiu a partir de uma demanda dos alunos quanto ao nome de determinados alimentos em português. Para além da questão do aprendizado do idioma, decidiu-se pela realização de tal trilha por considerarmos a comida uma expressão cultural. Desse modo, pudemos explorar pratos típicos brasileiros e dos países de origem dos alunos.
- 3. Roteiro/plano de trabalho:** a partir da demanda identificada, o educador planejou a trilha educativa a ser realizada em dois mercados da cidade: o Mercado Municipal de São Paulo (“Mercadão”) e o Mercado Municipal Kinjo Yamato. Com o auxílio da internet, apresentou a história do Mercadão e exibiu trechos de uma telenovela ambientada nesse espaço. Ao chegar ao Mercado Kinjo Yamato, os alunos se encarregariam de realizar uma pesquisa de preços de diversos alimentos cujos nomes haviam sido ensinados na aula que antecedeu a realização da trilha. O educador também apresentou algumas perguntas que seriam utilizadas nas visitas (por exemplo: “Quanto custa?”; “Qual o nome dessa fruta/legume/verdura?”).
- 4. Articulação com o currículo/expectativas de aprendizagem:** vocabulário referente à culinária em geral, hábitos alimentares no Brasil e nos países de origem, quantidades (quilos, unidades, dúzia) e preços.
- 5. Instrumentos de sistematização/avaliação contínua de aprendizagem:** após realização da trilha, os alunos compartilharam entre si os resultados das pesquisas. Em um momento posterior, agruparam-se de acordo com sua nacionalidade e redigiram, com auxílio do educador e de sites da internet, receitas típicas de seus países de origem.
- 6. Compartilhamento do aprendizado:** as instruções de preparo dos pratos típicos foram publicadas no blog do projeto (<<https://trilhasdacidadaniablog.wordpress.com>>) e, estimulados pelas trilhas realizadas, os alunos decidiram prepará-los para a cerimônia de formatura do curso.

Desde o final de 2015, acontece na zona Oeste de São Paulo o “Jantar dos Refugiados”, uma parceria entre o Fatiado Discos e Cervejas Especiais e a Ocupação Leila Khaled, que abriga sírios e palestinos no bairro do Glicério, na região central. O evento, cujo cardápio é de responsabilidade dos refugiados, acontece semanalmente.

Trilhas relacionadas à temática vestuário

Loja de roupas

No *Trilhas da Cidadania*, os solicitantes de refúgio e refugiados trabalharam também elementos relacionados ao vestuário, como o vocabulário relativo a peças de roupa, tamanhos e cores. O educador acompanhou os participantes em uma visita à Patra, uma loja e fábrica de roupas localizada no centro da capital paulista. Antes da data marcada, ele entrou em contato com o proprietário para explicar o projeto e elaborar conjuntamente o formato da atividade.

Os refugiados exercitaram palavras e expressões usuais para a escolha e compra de roupas. “ Fizemos uma gincana na qual cada grupo tinha de elaborar uma série de perguntas para comprar roupas, abordando questões como tamanho, cores, nomes das peças, preços e forma de pagamento”, relata Felipe Bueno, um dos educadores do projeto. No fim da atividade, o proprietário convidou os participantes a conhecer a fábrica. Além da vivência e do aprendizado, trilhas desse tipo possibilitam a troca cultural e a aproximação entre a população local e os refugiados.

REDAÇÃO

Ontem, 30 de outubro de 2014, nós fomos à Patra. Patra é uma loja familiar fundada por Theo durante a Segunda Guerra Mundial. Ele chegou aqui como refugiado também e abriu uma pequena empresa, que virou uma grande empresa de confecção e venda de roupas. Lá eles desenham, cortam e costuram os tecidos. Esta loja fica no Bom Retiro a mais ou menos vinte minutos da Avenida Tiradentes, 676, SP. O endereço da loja é Rua Silva Pinto, 271 – Bom Retiro. Nós fomos lá a pé e fomos recebidos por outro Theo, que tem mais ou menos vinte anos. Ele é neto do Theo fundador e filho de André, que é agora o proprietário da loja. O professor fez um sorteio e deu a cada grupo um pouco de dinheiro de mentira para comprarmos uma coisa na loja. Meu grupo foi comprar uma calça preta de tamanho M que custa cinquenta reais. Depois da compra, nós fomos à fábrica de roupas e então a visita terminou.

ANTOINETTE

PLANO PEDAGÓGICO DE TRILHA EDUCATIVA RELACIONADAS À TEMÁTICA VESTUÁRIO

- 1. Nome da Trilha Educativa:** “Vestuário”.
- 2. Questão norteadora/tema:** os alunos recém-chegados ao Brasil apresentavam muitas dúvidas quanto à moeda corrente do país. Também havia a necessidade de que aprendessem os números cardinais em português, assim como cores e adjetivos referentes a tamanho. Desse modo, o educador vislumbrou a realização de uma Trilha Educativa a alguma loja onde eles pudessem vivenciar na prática situações de compra que envolvessem os conteúdos relacionados à aquisição do idioma.
- 3. Roteiro/plano de trabalho:** o educador contactou o proprietário da loja de roupas Patra, localizada no bairro do Bom Retiro, em São Paulo. Explicou o projeto e sugeriu um roteiro para a visita dos alunos ao estabelecimento. Na aula anterior à visita, o educador incumbiu os alunos de prepararem perguntas referentes a algumas peças de roupa (por exemplo: “Uma legging preta tamanho M, por favor”) que seriam feitas ao vendedor.

4. **Articulação com o currículo/expectativas de aprendizagem:** vocabulário referente a peças de roupa, tamanhos e cores. Breve histórico sobre as moedas correntes brasileiras, sua nomenclatura, preços e formas de pagamento de mercadorias.
5. **Instrumentos de sistematização/avaliação contínua de aprendizagem:** após a realização da visita, os alunos produziram textos sobre a experiência na loja de roupas. Nesse texto, abordaram a localização do estabelecimento e o modo como chegaram, a atividade pedagógica de compra, a conversa com o proprietário do negócio e a visita à fábrica no prédio adjacente.
6. **Compartilhamento do aprendizado:** os textos foram publicados no blog do projeto: <<https://trilhasdacidadaniablog.wordpress.com>>.

Trilhas relacionadas à temática da cultura e da história do Brasil e de São Paulo

Pinacoteca do Estado de São Paulo

Seguindo um dos pilares de sua proposta metodológica, o *Trilhas da Cidadania* propôs uma série de atividades relacionadas à cultura e história do Brasil e de São Paulo, buscando sempre resgatar os hábitos e costumes dos países de origem dos refugiados e valorizar o diálogo intercultural. Em sala de aula, foram utilizados, entre outros materiais, textos de literatura brasileira, imagens, fotografias e vídeos. Para complementar as discussões, o grupo realizou uma visita à Pinacoteca do Estado de São Paulo.

O museu de arte mais antigo da capital paulista localiza-se no antigo prédio do Liceu de Artes e Ofícios, projetado pelo escritório do arquiteto Ramos de Azevedo no final do século 19. A parte principal do acervo de cerca de 9 mil obras retrata a cultura e a história brasileiras, como a colonização, o período da escravidão e a chegada de imigrantes de diversas nacionalidades ao país, temas que foram debatidos pelos participantes.

No primeiro encontro após a trilha, o educador mostrou aos alunos algumas obras de arte observadas no dia anterior, como *O violeiro* (1899) e *Saudade* (1899), ambas de autoria do pintor Almeida Júnior, e fez aos

alunos a seguinte pergunta: “O que as pessoas estão fazendo?”. Os alunos, então, deveriam colocar em prática um tempo verbal da língua portuguesa, por meio do uso do gerúndio – “O homem *está tocando* viola”, “A mulher *está cantando*”.

Em outra edição, a atividade realizada após a ida à Pinacoteca foi a projeção de *Os emigrantes* (1910), do pintor italiano Antonio Rocco. A imagem dos imigrantes italianos sem grandes recursos financeiros chegando ao Brasil no início do século 20 foi o ponto de partida para uma discussão sobre a história de vida dos participantes. “Como vocês se sentiram ao chegar ao Brasil?” foi a proposta de redação e, a partir do que haviam vivenciado no museu, os alunos produziram textos sobre o que viram ou sobre sua experiência subjetiva.

REDAÇÃO

Nós fomos visitar a Pinacoteca no dia 15 de abril. Nós gostamos da oportunidade de praticar a língua portuguesa, mas nós temos um pouco de dificuldade para entender tudo. Primeiro, nós vimos duas pinturas: uma pintura sobre a África antiga e outra sobre a América antiga. O nome do pintor é Stephan Kessler, e ele não veio ao Brasil ou à África. Ele só imaginou. Os quadros foram pintados no século 17. Depois, nós vimos pinturas antigas da cidade de São Paulo: Estação da Luz, Rua Vinte e Cinco de Março, Edifício da Pinacoteca, Mercado Municipal e Avenida Tiradentes. Nós vimos também fotos recentes dos mesmos lugares e comparamos os dois.

GABRIEL

“Eu gostei de tudo do curso porque o curso nos ajudou a nos identificarmos em português e ser capaz de nos comunicarmos com muitas pessoas no Brasil. E também eu gostei de aprender a cultura do Brasil. Eu estou muito feliz de agora saber a língua portuguesa. Eu quero dizer muito obrigado a você professora Wendy, tudo que você fez foi muito importante para nós.”

EMMANUEL

Museu da Imigração do Estado de São Paulo

O Museu da Imigração do Estado de São Paulo foi outro espaço incluído nas Trilhas Educativas, especialmente pela afinidade do tema com a realidade dos participantes. Seu acervo narra a história da imigração no Brasil, apresentando os fluxos migratórios de diversas nacionalidades e toda a herança de costumes, culinária, vestimentas e expressões que esses povos trouxeram ao país.

O museu localiza-se na antiga Hospedaria de Imigrantes, inaugurada em 1887 e principal local de abrigo dos estrangeiros que chegaram à época.⁵² Um dos itens mais interessantes do acervo são as “cartas de chamada” escritas pelos imigrantes hospedados no local nos séculos 19 e 20 e endereçadas aos parentes que ficaram nos seus países de origem.

Nos encontros realizados após as visitas, os refugiados escreveram cartas a seus familiares, “provocados” pelas seguintes perguntas: “O que vocês diriam sobre a vida de vocês no Brasil?”; “Quais as maiores dificuldades?”; “Quais os aspectos positivos da vinda?”; “Vocês convidariam seus parentes para morar no Brasil?”.

CARTA

Querida mãe,

Como está você hoje? Eu espero que você esteja bem.

Meu objetivo de escrever essa carta para você é falar sobre minha vida aqui no Brasil. O Brasil é muito legal, há liberdade de expressão e outros tipos de liberdade como a de ir e vir sem ser perturbado por ninguém e também a receptividade. As dificuldades que estou enfrentando aqui no Brasil, mãe, é a de que tudo é muito caro, a comida custa muito e outras coisas também, como o preço do aluguel e além disso, não consigo arrumar emprego até conseguir falar a língua deles, que é o português, de maneira correta... É muito difícil de aprender. Então eu comecei a ir para uma escola que me ensina a falar português, pois assim terei a chance de arrumar emprego. Tchau, mãe. Eu amo você.

FRANKLIN

CARTA

Querida mãe,

Bom dia, minha mãe, como vai você e como vão as coisas? Graças a Deus, está tudo bem. Aqui no Brasil eu experimentei muitas coisas como imigrante. Eu tenho liberdade de ir para a escola para aprender a língua portuguesa. Eu tenho liberdade de visitar muitos lugares, como o Museu de Arte Sacra, Parque da Luz, Mercado Municipal e Museu da Imigração. Eu tenho liberdade no Brasil como imigrante. Enfim, eu estou muito feliz de morar no Brasil porque o Brasil é um país pacífico.

Muito obrigado, minha mãe. Eu gosto muito de você.

Tchau.

Seu filho,

Timothy

TIMOTHY

Memorial da Resistência de São Paulo

Outro destino cultural do *Trilhas da Cidadania* foi o Memorial da Resistência de São Paulo, espaço dedicado à memória da repressão política no Brasil republicano e às resistências organizadas. Em sala de aula, o educador trabalhou aspectos da história recente do país: a República, o golpe militar de 1964 e o processo de redemocratização. De acordo com o educador Felipe Bueno, “esses temas normalmente reverberam nos refugiados e solicitantes de refúgio, que saem de seus países por situações que, de algum modo, se assemelham às vividas pelos brasileiros durante a ditadura militar”.

Nas aulas que se seguiram, os participantes produziram textos sobre os motivos da vinda ao Brasil. É importante que, nesse caso, o processo de escrita seja totalmente livre e que eles contem somente o que se sentirem confortáveis para compartilhar.

PLANO PEDAGÓGICO DE TRILHA EDUCATIVA RELACIONADAS À CULTURA E À HISTÓRIA DO BRASIL E DE SÃO PAULO

- 1. Nome da Trilha Educativa:** “Cultura e história do Brasil e do estado de São Paulo”.
- 2. Questão norteadora/tema:** um dos objetivos do curso *Trilhas da Cidadania* é a introdução à cultura brasileira e de São Paulo dos refugiados e solicitantes de refúgio. Desse modo, planejamos diversas trilhas que explorassem o potencial educativo do território. A Trilha Educativa à Pinacoteca do Estado de São Paulo é importante por tratar-se do mais antigo museu de arte da cidade de São Paulo, com acervo de cerca de 9 mil obras que, em sua maioria, retratam a cultura brasileira. O Museu da Imigração do Estado de São Paulo, localizado no prédio da antiga Hospedaria de Imigrantes, também foi visitado. Intimamente ligado à história da imigração paulista dos séculos 19 e 20, o museu tem forte apelo junto aos alunos de um curso como o *Trilhas da Cidadania*. Por fim, a visita realizada ao Memorial da Resistência de São Paulo surgiu a partir do interesse dos alunos pelas eleições presidenciais que ocorreram no segundo semestre de 2014. A partir de questionamentos sobre a democracia brasileira, os alunos compartilharam espontaneamente experiências referentes a regimes autoritários em seus países de origem, dando início a um ciclo de debates sobre a história brasileira do século 20.
- 3. Roteiro/plano de trabalho:** antes da visita à Pinacoteca, o educador abordou a história do Brasil colonial e a formação do povo brasileiro. A ida ao Museu da Imigração foi precedida por um histórico das imigrações europeias e japonesas dos séculos 19 e 20, atreladas ao ciclo econômico do café. Nas aulas que antecederam a vivência no Memorial da Resistência, o educador abordou a história brasileira do século 20, com foco principal no golpe de estado de 1964 e na subsequente ditadura civil-militar.
- 4. Articulação com o currículo/expectativas de aprendizagem:** foram abordados aspectos da história e da cultura brasileiras, como Brasil colonial, formação do povo brasileiro, independência, ciclos econômicos, história do Brasil República, golpe e ditadura civil-militar brasileira

e redemocratização. Também foi possível trabalhar vocabulário referente a museus, como “pintura”, “obra”, “escultura”, “acervo”, “pintor”, “escultor”. Diversos tempos verbais também foram ensinados a partir da descrição de obras de arte observadas nas trilhas.

5. **Instrumentos de sistematização/avaliação contínua de aprendizagem:** após uma ida à Pinacoteca do Estado de São Paulo, o educador projetou obras de Almeida Júnior que os alunos haviam observado no dia anterior, como *O violeiro* (1899) e *Saudade* (1899), e fez a seguinte pergunta: “O que as pessoas estão fazendo?” (no tempo verbal gerúndio). A partir do que os alunos haviam vivenciado, eles deveriam colocar em prática um tempo verbal da língua portuguesa: “O homem *está tocando* viola e a mulher *está cantando*”. Em outra edição do curso, a atividade realizada foi a projeção da obra *Os emigrantes* (1910), do pintor italiano Antonio Rocco. A imagem dos imigrantes italianos sem grandes recursos financeiros chegando ao Brasil no início do século 20 foi o ponto de partida para uma discussão sobre a condição do imigrante em um novo país. “Como vocês se sentiram ao chegar ao Brasil?”, após terem tido contato com as “Cartas de Chamada” no Museu da Imigração – escritas por imigrantes do século 19 e 20 –, o educador propôs que os alunos escrevessem a parentes relatando a vida no novo país.
6. **Compartilhamento do aprendizado:** os textos produzidos pelos alunos foram publicados no blog do projeto (<<https://trilhasdacidadania-blog.wordpress.com>>) e lidos na cerimônia de formatura do curso.

Trilha relacionada à temática do diálogo intercultural

Escola Estadual Canuto do Val

O projeto promoveu um encontro entre estudantes de perfis, realidades e culturas muito diferentes: cerca de 70 estudantes dos Ensinos Fundamental 2 e Médio da Escola Estadual Canuto do Val, localizada na Barra Funda, região central de São Paulo, receberam os refugiados e solicitantes de refúgio que participaram de uma das edições do *Trilhas da Cidadania*.

A atividade teve como objetivo valorizar a diversidade e promover a troca cultural entre brasileiros e imigrantes. Antes do encontro foram realizadas reuniões de planejamento entre os organizadores do curso e a direção e professores da escola. “Fizemos contato com a escola com uma proposta de parceria. O professor de história e a professora de inglês gostaram da ideia e quiseram participar. Decidimos juntos que o formato mais interessante seria cada aluno ou grupo escolher um aspecto da cultura do seu país para compartilhar e apresentar”, relembra o educador Felipe Bueno.

Os participantes do *Trilhas da Cidadania* foram recebidos pelos estudantes com café, pão de queijo e bolo de fubá, dos quais também receberam as receitas. Na atividade, os imigrantes falaram sobre pratos típicos, festas e danças tradicionais, história, idiomas, esporte e música de seus países, e foram questionados pelos alunos da escola sobre sua realidade.

Como o grupo participante do *Trilhas da Cidadania* era composto majoritariamente por nigerianos, o professor de história da Canuto do Val explicou a herança africana na construção da cultura brasileira. O encontro terminou com uma apresentação de capoeira e uma canção de Raul Seixas – “Sociedade alternativa” – tocada ao violão e cantada pelos alunos brasileiros.

PLANO PEDAGÓGICO DE TRILHA EDUCATIVA RELACIONADA AO DIÁLOGO INTERCULTURAL

- 1. Nome da Trilha Educativa:** “Diálogo intercultural”.
- 2. Questão norteadora/tema:** o compartilhamento de aspectos da cultura dos países de origem dos alunos do *Trilhas da Cidadania* com os alunos do Ensino Fundamental 2 e Médio da Escola Estadual Canuto do Val.
- 3. Roteiro/plano de trabalho:** a gestora e o educador do projeto *Trilhas da Cidadania* realizaram reunião com a direção da escola para apresentar a proposta de parceria. A partir do interesse da direção, a sugestão foi levada aos professores no momento do planejamento semestral. Em reunião que contou com a presença do professor de história, ficou decidido que os alunos refugiados e solicitantes de refúgio preparariam individualmente uma apresentação de algum aspecto interessante de sua cultura que desejassem expor aos alunos do 9º ano. Por sua vez, estes apresentariam elementos da cultura brasileira. A partir da definição do formato da atividade, os alunos do *Trilhas da Cidadania* passaram a trabalhar na redação do tópico que apresentariam. Os elementos selecionados foram a história de seus países, festas e danças tradicionais, receitas culinárias, atletas consagrados e músicas de que gostavam.
- 4. Articulação com o currículo/expectativas de aprendizagem:** a partir da seleção feita pelos alunos, o educador pôde trabalhar tópicos gramaticais e vocabulário necessários para as apresentações.
- 5. Instrumentos de sistematização/avaliação contínua de aprendizagem:** com o auxílio do educador, os alunos produziram textos sobre aspectos de suas culturas de origem. A partir da experiência, um deles compôs uma música intitulada “Canção de Apreciação”. A letra agradecia tanto a Deus pela nova oportunidade em um país como o Brasil quanto aos parceiros e ao educador pelo curso.
- 6. Compartilhamento do aprendizado:** em 25 de abril de 2014, os alunos do *Trilhas da Cidadania* foram até a Escola Estadual Canuto do Val para a realização da atividade. Os estudantes do 9º ano prepararam pratos típicos brasileiros e falaram sobre a história do Brasil, enquan-

to os alunos do *Trilhas da Cidadania* fizeram relatos sobre seus países de origem, cantaram e dançaram. Após a apresentação, responderam a perguntas dos brasileiros e assistiram a duas apresentações: uma roda de capoeira e uma canção de Raul Seixas tocada ao violão. Um dos alunos do *Trilhas da Cidadania* combinou, por conta própria, nova visita à escola, para que alunos de outras turmas pudessem ter contato com os refugiados e solicitantes de refúgio. Os textos redigidos também foram apresentados na cerimônia de formatura do curso, além de terem sido publicados no blog do projeto (<<https://trilhasdacidadaniablog.wordpress.com>>). Danilo Mekari publicou matéria no Portal Aprendiz sobre o encontro entre os alunos do *Trilhas da Cidadania* e os da Escola Estadual Canuto do Val, disponível em: <<http://portal.aprendiz.uol.com.br/arquivo/2014/04/28/imigrantes-trocam-conhecimentos-com-estudantes-em-escola-publica>>.

Trilha relacionada à temática da mobilidade urbana

Estação de Metrô Luz

A Trilha Educativa à Estação Luz do metrô teve como principal objetivo abordar o transporte coletivo em São Paulo. Na aula anterior à saída, o educador estudou com o grupo o mapa da rede metroviária da cidade e o vocabulário relacionado ao tema, como “catraca”, “bilhete”, “estação” e “linha”.

Os refugiados fizeram o percurso a pé até a estação de metrô, onde colocaram em prática o diálogo para a compra de bilhetes que haviam aprendido em sala de aula. No dia seguinte à trilha, produziram textos sobre os tópicos estudados.

PLANO PEDAGÓGICO DE TRILHA EDUCATIVA RELACIONADA À MOBILIDADE URBANA

- 1. Nome da Trilha Educativa:** “Mobilidade urbana”.
- 2. Questão norteadora/tema:** a realização de Trilhas Educativas referentes à mobilidade urbana surgiu a partir da necessidade de os alunos se locomoverem melhor na cidade de São Paulo. Questões sobre o espaço físico da cidade e sobre transporte público orientaram a realização de atividades, que fizeram uso de sites de georreferenciamento e contemplaram uma visita à Estação Luz do metrô.
- 3. Roteiro/plano de trabalho:** antes da realização da visita, o educador apresentou a rede metroviária da cidade. Identificou no mapa da cidade o local onde ocorriam as aulas e promoveu um debate sobre o trajeto que seria realizado até a estação. Após esse momento, apresentou um diálogo simples que poderia ser utilizado com o vendedor da passagem de metrô:
 - Quanto custa o bilhete, por favor?
 - Custa R\$ X.
 - Quero um, por favor.
 - Aqui está.
 - Obrigado.
 - De nada.
- 4. Articulação com o currículo/expectativas de aprendizagem:** após a visita à Estação Luz, o educador passou a fazer uso de sites de georreferenciamento sempre que iam realizar nova Trilha Educativa. Coletivamente, estudavam o melhor trajeto e expandiam o vocabulário referente à mobilidade urbana, como:
 - localização espacial (temas e vocabulário relacionados a rua, bairro, cidade, estado, país);
 - transportes públicos (temas e vocabulário relacionados a ônibus, metrô, linha, estação, parada, bilhete).
- 5. Instrumentos de sistematização/avaliação contínua de aprendizagem:** após as diversas trilhas realizadas, os alunos redigiram textos em que abordavam o modo como chegaram a seu destino. Também realizaram atividades em que deveriam escrever parágrafos sobre seus endereços atuais.

6. Compartilhamento do aprendizado: alguns dos textos redigidos encontram-se no blog do projeto: <<https://trilhasdacidadaniablog.wordpress.com>>.

Avaliação do aprendizado

No projeto *Trilhas da Cidadania* a estratégia de avaliação esteve intrinsecamente ligada ao processo educativo. Buscou-se atender à necessidade de acompanhamento da aprendizagem pelo próprio educando e pelo educador, de forma contínua e processual. Dessa forma, estimulou-se que o educando pudesse ser capaz de avaliar a si mesmo e os objetivos que almejava alcançar.

Não foram aplicados testes convencionais em nenhuma das cinco edições do curso. A verificação da evolução dos refugiados em relação ao domínio da língua portuguesa e ao conhecimento sobre a cidade de São Paulo, bem como do impacto do projeto, foi feita por registros contínuos ao longo das trilhas e pela aplicação de um questionário no início e no final do curso. Esse instrumento permitiu a autoavaliação e a apropriação individual do percurso realizado. Segundo Wendy Villalobos:

Muitos solicitantes de refúgio chegam ao curso sem nenhum conhecimento da língua portuguesa. Isso exige que o questionário seja bastante objetivo e curto, buscando obter informações gerais sobre o conhecimento da língua de cada participante. A aplicação deve ser acompanhada e os alunos devem ter clareza de que aquela não é uma prova de seleção ou aprovação.⁵³

A finalização do curso é demarcada pela entrega de um certificado (diferenciado conforme a frequência). “Era um esforço muito grande para os alunos permanecerem até o final do curso. Por isso, entregávamos certificados diferentes de acordo com a presença de cada um”, esclarece Wendy. Assim, os que compareceram em pelo menos 70% das aulas receberam certificado de conclusão, enquanto os que não alcançaram esse índice receberam certificado de participação.

AVALIAÇÕES

Desde o começo do curso eu consigo falar e escrever muito mais coisas em português. Meu conhecimento sobre a cultura do Brasil e sobre muitas cidades do Brasil é maior agora. O curso é um tipo de ponte para o estrangeiro, ajuda na adaptação e na integração ao Brasil. Eu quero agradecer muito ao Aprendiz, Caritas, Editora Moderna, Museu de Arte Sacra e professor Felipe pelas muitas coisas que me ajudaram ao longo do curso.

DAVID

Eu aprendi muitas coisas com a minha professora, porque agora que estudei eu falo muitas palavras na rua, no meu trabalho, com meus amigos no Brasil. Eu tenho namorada porque eu aprendi a língua portuguesa e tenho trabalho agora. Estou muito feliz. Minha professora me ensinou muito bem então agora eu falo bem o português. Muito obrigado a minha professora.

SAMBA

Quando os humanos vivem coisas que não aguentam, eles decidem migrar: a guerra, a pobreza, a fome, o desemprego. Quando as pessoas migram de seu país amado para um novo país, eles estão com medo de um novo país que não conhecem, mas o país permanece na memória não importa quanto tempo passe.

LAMIA

Formatura

A cerimônia de formatura é um momento importante, pois simboliza uma grande conquista dos alunos no novo país, apesar de todas as dificuldades envolvidas no processo de adaptação. O formato da celebração deve ser construído coletivamente entre os participantes e o educador, de modo que o evento seja representativo das singularidades desse coletivo que conviveu intensamente ao longo de aproximadamente quatro meses.

Uma das sugestões é que os refugiados façam apresentações individuais, de acordo com suas possibilidades e graus de desenvoltura, podendo, por exemplo, ler os textos produzidos após as trilhas realizadas. Em uma das turmas, um estudante compôs e cantou uma música em português. Relatos de lugares visitados e de atividades específicas rea-

lizadas em sala de aula, leitura de poemas, apresentação de músicas e exposição de aspectos da cultura do Brasil ou de seus países de origem são outras opções.

Ao mesmo tempo que se trata de uma ocasião solene, não faz sentido que a cerimônia seja excessivamente formal. Recomenda-se que seja realizada em um local diferente de onde ocorreram as aulas regulares, para valorizar o aspecto simbólico do evento. As cerimônias de formatura das edições do *Trilhas da Cidadania* ocorreram no auditório da Pinacoteca do Estado de São Paulo, na sala de cursos do Museu de Arte Sacra e no ateliê do Núcleo Educativo do Museu da Imigração, espaços que haviam recebido os alunos em outros momentos do curso.

É importante, aliás, que as instituições que contribuíram com o projeto sejam convidadas para o evento de encerramento, como forma de retribuir o apoio oferecido aos refugiados e valorizar suas conquistas. Deve também ser oferecida aos formandos a possibilidade de convidar amigos ou parentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Garantir que o processo de aprendizagem ocorra de forma contextualizada, levando em conta os interesses dos estudantes e em diálogo permanente com a cidade sintetiza a proposta que o Aprendiz tem desenvolvido no Brasil ao longo dos seus 18 anos de história. Somadas às vulnerabilidades inerentes à situação de refúgio, a mudança de paradigma sobre o que, como e onde se aprende torna-se ainda mais desafiadora e relevante.

Foi essa a tarefa assumida durante as cinco edições do projeto *Trilhas da Cidadania*. Era preciso, por um lado, assegurar o ensino da língua portuguesa de modo que os participantes do projeto tivessem autonomia para reconstruir suas vidas em um novo país, ampliando seu potencial de comunicação. Mas era igualmente importante que o português servisse como porta de entrada para percorrer um caminho ainda tortuoso no Brasil, representado pela inclusão efetiva e pela garantia de cidadania dessa população.

Ao longo desse percurso, o projeto assumiu como estratégia a aproximação de novos agentes ao processo educativo, articulando a oferta cultural do centro de São Paulo com as demandas e interesses apresentados pelos solicitantes de refúgio e refugiados em sala de aula. Além de sensibilizar as equipes que atuam nesses locais para a realidade vivenciada por esses migrantes, operando verdadeiras transformações nesses locais e na atuação das pessoas, o *Trilhas da Cidadania* contribuiu para a formação de um território intencionalmente mais educador. Um dado que ilustra esse impacto é a incorporação de refugiados ao quadro de funcionários desses espaços e serviços, como é o caso do ex-aluno do curso contratado para trabalhar no CATE.

Tratando-se de São Paulo, principal local de destino da população migrante que chega ao Brasil, é preciso observar que o que hoje entendemos como *a identidade* dessa metrópole passa invariavelmente por sua composição diversa e multicultural. Considerando as dinâmicas das migrações contemporâneas e o papel ocupado pelo Brasil no mundo globalizado, projetos como o *Trilhas da Cidadania* endossam o compromisso da

sociedade civil com a construção de soluções duradouras para os desafios oriundos desse fenômeno.

O Aprendiz acredita que é papel do Estado brasileiro e da sociedade civil proporcionar as condições necessárias para a adaptação de pessoas que saem de situações extremas em seus países de origem e, com muita força de vontade, chegam ao Brasil para morar, trabalhar e construir uma nova sociedade brasileira, mais justa, democrática e solidária.

Migrar é um direito humano universal que, para ser efetivado no Brasil, precisa ser objeto de iniciativas e políticas públicas mais consistentes e eficazes. Deixamos aqui nossa contribuição, com o intuito de que essa experiência colabore para que o fenômeno ganhe a devida atenção no país, garantindo a todas as pessoas que aqui vivem condições de exercer uma cidadania plena hoje e sempre.

NOTAS

- 1 Disponível em: <<http://unhcr.org/556725e69.html>>.
- 2 Disponível em: <<http://www.iom.int/infographics/missing-migrants-project-mediterranean-update-11-december-2015>>.
- 3 Disponível em: <http://www.iom.int/sites/default/files/infographic/image/Mediterranean_Update_11_December_Page_2.jpg>.
- 4 Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto>>.
- 5 Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto>>.
- 6 Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1>.
- 7 Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/?tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bpointer%5D=0&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bmode%5D=1&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bsort%5D=doctitle,sorting,uid&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bdownload%5D=yes&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bdownloadtyp%5D=stream&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Buid%5D=595>.
- 8 Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto>>.
- 9 Uma análise realizada pelo Acnur sobre os dados do Conare está disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014>. Um resumo desse documento pode ser visto em: www.acnur.org/t3/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil.
- 10 Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/ministerio-da-justica-anuncia-fortalecimento-do-conare-e-lanca-campanha-de-sensibilizacao>>.
- 11 Informações disponíveis em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/brasil-troca-refugio-de-angolanos-e-liberianos-por-residencia-permanente-no-pais>>.
- 12 Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=29&data=24/09/2013>>.
- 13 Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/09/brasil-proroga-por-dois-anos-emissao-de-vistos-especiais-para-refugiados-sirios>>.

- 14 Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014.pdf?view=1http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014.pdf?view=1>.
- 15 Uma análise realizada pelo Acnur sobre os dados do Conare está disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014. Um resumo desse documento pode ser visto em: www.acnur.org/t3/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil>.
- 16 Ibidem.
- 17 Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/o-acnur-no-brasil>>.
- 18 Informações detalhadas sobre o processo de solicitação de refúgio podem ser obtidas numa cartilha elaborada pelo Acnur, disponível no link: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2015/Cartilha_para_solicitantes_de_refugio_no_Brasil_2015>.
- 19 Para atualizar os dados pessoais, é preciso que o solicitante de refúgio procure o posto da Polícia Federal mais próximo e informe seus dados ao Conare por meio do Formulário de Atualização Cadastral, disponível na internet.
- 20 Entrevista realizada em outubro de 2015. Fernando Bissacot deixou o cargo de Assistente de Soluções Duradouras do Acnur no início de 2016.
- 21 Criado em 1993, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) é um órgão colegiado com participação de representantes do governo, dos trabalhadores e das empresas, que tem como objetivo formular a política e coordenar e orientar as atividades de imigração no Brasil.
- 22 Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/08/concessao-de-visto-humanitario-para-haitianos-e-prorrogada>>.
- 23 Disponível em: <<http://imigrantes.webflow.io>>.
- 24 Organizações de apoio ao imigrante questionam o Estatuto do Estrangeiro e o monopólio da Polícia Federal sobre o controle migratório e a regularização de migrantes. Em junho de 2015, Conectas, Centro de Estudios Legales y Sociales (Cels), Serviço Franciscano de Solidariedade (Sefras), Missão Paz, Pastoral Carcerária e Cáritas Arquidiocesana de São Paulo se pronunciaram durante a 29ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU e pediram a aprovação de um novo marco legal do estrangeiro, pautado pela garantia dos direitos humanos, independentemente da situação migratória, e a criação de

- um órgão civil para substituir a polícia na execução da política migratória. O pronunciamento está disponível na íntegra, em espanhol, em: <http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/HRC29_migrantes_espanhol.pdf>.
- 25 Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/seis-imigrantes-haitianos-sao-baleados-em-sao-paulo-9027.html>>.
- 26 Uma análise realizada pelo Acnur sobre os dados do Conare está disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014>. Um resumo desse documento pode ser visto em: www.acnur.org/t3/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil.
- 27 Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/migrantes/coordenacao/index.php?p=156223>.
- 28 Ibidem.
- 29 Disponível em: <http://www.prt1.mpt.gov.br/images/arquivos/informe_se/cartilhas/Cartilha_Refugiados.pdf>.
- 30 Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2014/08/fiscalizacao-resgata-haitianos-escravizados-em-oficina-de-costura-em-sao-paulo>>.
- 31 Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2014/01/imigrantes-haitianos-sao-escravizados-no-brasil>>.
- 32 Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130508_trabescravo_estrangeiros_fl>.
- 33 *O Manual de Recomendações de Rotina de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo de Imigrantes* está disponível na íntegra em: <<http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2013/10/Manual-Trabalho-Escravo-Imigrantes.pdf>>.
- 34 Disponível em: <<http://imigrantes.webflow.io>>.
- 35 O sobrenome foi preservado por razões de segurança a pedido do entrevistado.
- 36 Realizado em 2015, o mapeamento completo dos cursos de português para imigrantes em São Paulo pode ser acessado pelo site da Coordenadoria de Políticas para Migrantes (CPMig): <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Mapeamento%20cursos%20de%20portugues.pdf>.
- 37 Os oito parceiros da Caritas eram, no momento da publicação deste livro: Centro Integrado Empresa-Escola (Ciee); Sesc/Senac; Cursinho Mafalda; Misão Paz; Memorial Digital dos Refugiados (MemoRef/Unifesp); Biblioteca e Centro de Pesquisa América do Sul-Países Árabes (BibliASPA); Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro); e Compassiva.
- 38 Entrevista realizada em outubro de 2015.

- 39 SINGER, H. (Org.). *Territórios Educativos: experiências em diálogo com o Bairro-Escola*. Volume 1. São Paulo, ed. Moderna, 2015.
- 40 Disponível em: <<http://www.edcities.org/wp-content/uploads/2013/10/Carta-Portugues.pdf>>.
- 41 BERNET, J. T. Introdução. In: E. A. Educadores, *La Ciudad Educadora = La Ville Éducatrice* Barcelona. Barcelona, Ajuntamento de Barcelona, 1990, p. 16.
- 42 Ao todo, a Asociación Internacional de Ciudades Educadoras (Aice) possui 470 cidades associadas, de 36 países. Disponível em: <<http://www.edcities.org/>>.
- 43 Disponível em: <http://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Bairro-escola_passo-a-passo.pdf>.
- 44 Entrevista realizada em outubro de 2015.
- 45 O Museu de Arte Sacra de São Paulo está localizado na avenida Tiradentes, 676, Luz, São Paulo (SP).
- 46 O curso realizado pelo Sesc/Senac, parceiro mais antigo da Caritas na oferta de língua portuguesa para refugiados, possui material didático específico para essa população. Seu uso é reservado aos educadores dessas instituições.
- 47 Entrevista realizada em outubro de 2015.
- 48 No item “Avaliação” abordaremos com mais detalhes a questão relativa aos processos avaliativos.
- 49 Disponível em: <trilhasdacidadaniablog.wordpress.com>.
- 50 Entrevista realizada em outubro de 2015.
- 51 Ambas estão disponíveis no site da Agência da ONU para refugiados: <www.acnur.org/t3/portugues/recursos/publicacoes>.
- 52 Atualmente, parte do espaço do Museu funciona como abrigo, muito embora não voltado especificamente para a população migrante.
- 53 Entrevista realizada em outubro de 2015.

Impresso em junho de 2016,
em papel couchê 80g/m².



O número de pessoas em situação de deslocamento forçado no mundo atingiu o nível mais alto desde a Segunda Guerra Mundial. Conflitos armados, perseguições políticas, religiosas ou por motivo de raça, nacionalidade e orientação sexual estão entre as razões que levam cerca de 20 milhões de pessoas a serem reconhecidas atualmente como refugiadas.

A intensificação desses fluxos migratórios tem impactado não apenas os países da Europa, mas também o Brasil, onde o número de solicitantes de refúgio vem crescendo nos últimos anos. Além de impor novos desafios para a sociedade, que gradualmente se modifica em suas dinâmicas sociais, o fenômeno reforça a necessidade de avançar no campo das políticas públicas, o que requer um olhar específico do Estado e da sociedade civil para o acolhimento, a garantia de direitos e a integração dessa população ao novo país.

Esta publicação narra a experiência desenvolvida pela Associação Cidade Escola Aprendiz, em parceria com a Editora Moderna, no processo de articulação dos potenciais educativos da cidade de São Paulo ao ensino de língua portuguesa para pessoas nessa condição. É o terceiro volume da **Coleção Territórios Educativos – Experiências em Diálogo com o Bairro-Escola**.

ISBN 978-85-16-10464-1



9 788516 104641